LIBERTAS – FACULDADES INTEGRADAS

PAMELLA CRISTINA SILVA PEREIRA

**A violência sexual infantojuvenil contra vítimas do sexo
feminino no Brasil**

São Sebastião do Paraíso

2020

PAMELLA CRISTINA SILVA PEREIRA

**A violência sexual infantojuvenil contra vítimas do sexo
feminino no Brasil**

Trabalho de Curso apresentado à Libertas
– Faculdades Integradas para obtenção
do título de Bacharel em Direito.

Orientador (a): Prof. Dra. Michele Cia

Linha de pesquisa: Direitos fundamentais
e cidadania.

São Sebastião do Paraíso

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pamella Cristina Silva Pereira

A violência sexual infantojuvenil contra vítimas do sexo feminino no Brasil

Trabalho de Curso apresentado à Libertas
– Faculdades Integradas para obtenção
do título de Bacharel em Direito.

Linha de pesquisa: Direitos fundamentais
e cidadania.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof (a): _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof (a): _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof (a): _____
Instituição: _____
Assinatura: _____

Aos meus pais, Maria do Carmo e Mauricio, pelo amor e incentivo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof. Dra. Michele Cia, pelo seu empenho em me orientar durante a elaboração do meu trabalho, e no decorrer do meu percurso como estudante.

À Libertas - Faculdades Integradas por colocar a disposição à biblioteca, e a todos os Professores do Curso de Direito.

Às minhas irmãs Jaqueline, Janaina e Poliana, por me apoiar em todos os momentos.

RESUMO

PEREIRA, Pamella Cristina Silva. *A violência sexual infantojuvenil contra vítimas do sexo feminino no Brasil*. 2020, 66. Trabalho de Curso (Graduação em Direito) - Libertas – Faculdades Integradas, São Sebastião do Paraíso - MG.

Resumo: Este trabalho tem por base analisar a violência sexual contra crianças e adolescentes com ênfase no sexo feminino, buscando apontar os problemas e as consequências desse fenômeno complexo e as formas para o seu enfrentamento. Com isso, aponta os diversos tipos de violência e os impasses causados pelo abuso e pela exploração sexual na vida das crianças e adolescentes. Realiza um resgate dos avanços trazidos desde o Código de Menores até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e merecedores de proteção integral. E ainda, aponta alguns elementos que mostra o diálogo como uma das melhores formas de prevenir a violência sexual. Para tanto utilizaremos o método hipotético-dedutivo para analisar a ocorrência e o cenário da violência sexual no Brasil.

Palavras-chave: Violência sexual, Criança e adolescente, Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 BREVE HISTÓRIA DO DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	10
1. 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS	12
1.1.1 Dignidade da Pessoa Humana.....	13
1.1.2 Direito à vida	16
1.1.3 Direito à Saúde.....	17
1.1.4 Direito à liberdade	19
1.1.5 Direito ao respeito	20
1.1.6 Direito à convivência familiar.....	20
1.2 PRINCÍPIOS.....	21
1.2.1 Princípio da Prioridade Absoluta	22
1.2.2 Princípio da Prevalência do Interesse do Menor	23
1.3 TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	23
CAPÍTULO 2 TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	26
2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	29
2.2 A VIOLÊNCIA SEXUAL, UMA ABORDAGEM QUANTO AO SEXO FEMININO	32
2.3 IMPACTOS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	33
2.4 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL	37
2.4.1 A importância da educação sexual, e do diálogo para busca de resultados	39
CAPÍTULO 3 CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS NO BRASIL	42
3.1 Tabela - PERFIL DAS VÍTIMAS QUANDO AO SEXO	43
3.2 PERFIL DO AGRESSOR	45
3.2.1 Tabela – Perfil do suspeito quanto ao sexo.....	47
3.2.2 A Pedofilia	47
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	49

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

A violência se mostra recorrente há muitos séculos no país, com isso a pesquisa acerca da violência sexual contra criança e adolescente é de extrema importância e contribui para identificar quais seriam as soluções mais viáveis para resolver os problemas relacionados à violência sexual do sexo feminino.

No Brasil temos um grande número de violência sexual contra crianças e adolescentes, que ganhou espaço nas discussões acadêmicas, e governamentais, pois se trata de uma questão importante no âmbito público e social, tendo em vista que se refere a um assunto de saúde pública, que vem causando consequências nos direitos da criança e do adolescente.

Contudo é importante ressaltar que ao longo do trabalho iremos estudar apenas uma parte dos casos que vem ocorrendo no país, diante da impossibilidade de investigar os casos não relatados às autoridades. Assim, não podemos deixar de ressaltar a questão da cifra negra, que diz respeito aos crimes que acontecem, mas que não são conhecidos oficialmente pelas autoridades.

A cifra negra para Juarez Cirino dos Santos (2008):

Representa a diferença entre a aparência (conhecimento oficial) e a realidade (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados [...] a cifra negra afeta toda a criminalidade, desde os crimes sexuais cujo registro não excedem a 1% da incidência real [...].

Ao passo que, a Childhood (2019) mostra que apenas 10% dos casos de abuso e de exploração sexual contra criança e adolescente sejam de fato notificados à autoridade. Com a diferença dos números apresentados, fica evidente a incidência da cifra negra.

Com relação à idade dos violentados temos duas leis que tratam do assunto, trazendo dois conceitos distintos. De acordo com o ECA (1990), considera-se criança, a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos, ao contraponto que a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) considera criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes com ênfase no sexo feminino.

O trabalho tem como objetivo específico apresentar o cenário brasileiro da violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino, analisar os sistemas de proteção disponíveis no Brasil, abordando o ECA, a Constituição Federal, bem como os documentos internacionais sobre proteção de crianças e adolescentes a que o Brasil aderiu, como a convenção sobre os direitos da criança de 1989, analisar quais são os impactos da violência sexual no desenvolvimento da criança e adolescente, analisar os métodos utilizados para a prevenção e identificação da violência sexual.

Para tanto utilizaremos o método hipotético-dedutivo para analisar a ocorrência e o cenário da violência sexual no Brasil. Sendo esta uma pesquisa descritiva, pois os dados mostrados a partir do estudo já foram identificados anteriormente por outros pesquisadores.

Neste contexto, utilizamos o método qualitativo para abordar o cenário causado pela violência sexual nas crianças e adolescentes do sexo feminino, tendo por base pesquisas bibliográficas e pesquisas eletrônicas.

No primeiro capítulo abordaremos como as crianças e adolescentes tiveram ao passar do tempo seus direitos reconhecidos, e como esses direitos passaram a ser garantidos perante a sociedade, explicitando os seus direitos fundamentais, além dos princípios que orientam a aplicação de tais direitos certificado pelo ECA e por tratados internacionais.

No segundo capítulo tratamos do conceito de violência e quais os tipos de violência existentes contra os infantojuvenis, abordando a questão do gênero e do sexo, e as formas de prevenção contra essa violência e quais os impactos causados na vida das vítimas deste fenômeno.

No último capítulo apresentaremos o cenário da violência sexual do Brasil, feita através de pesquisas bibliográficas que exibem dados da ocorrência da violência sexual, e o perfil dos agressores de acordo com o sexo, e por fim apontaremos algumas políticas públicas adotadas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 1 BREVE HISTÓRIA DO DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Apenas recentemente a criança e o adolescente têm sido considerados como sujeitos de direitos visto que antigamente eram propriedades do Estado ou de seus pais, não tendo qualquer tipo de proteção jurídica que garantia seus direitos, oferecendo possibilidades de poder crescer de forma digna, eram considerados como pessoas indiferentes, não eram tratadas como pessoas em desenvolvimento “aproximadamente, entre os séculos XVI ao século XIX, as crianças e adolescentes eram tratados, na maioria das vezes, como seres sem relevância” (LIMA; POLLI; JOSÉ, 2017, p. 315), elas não passavam por todas as fases da vida, ou seja, não tinham direito de ser criança, jovem e somente depois adquirirem as responsabilidades da vida de adulto, visto que as crianças eram equiparadas aos adultos, pois trabalhavam como tal (LOPES; FERREIRA, 2010 p. 77).

A primeira proteção de direitos da criança e do adolescente ocorreu em 1927 com a promulgação do primeiro Código de Menores, que estabeleceu que somente após os 18 anos a pessoa se tornaria imputável, para assumir eventuais crimes praticados. Antes da promulgação do Código de Menores as crianças e adolescentes recebiam o tratamento relativo a um adulto, visto que “crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos 9 anos”, porém após o advento do Código de Menores, antes de completar os 18 anos só poderiam ser aplicadas medidas socioeducativas (WESTIN, 2015).

Em 1942 criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que orientava os menores infratores.

O SAM teve redefinidas as suas competências, cabendo-lhe orientar e fiscalizar as entidades particulares; diagnosticar os casos em que caberiam internação e ajustamento social, por meio de exames médico-psicopedagógicos; encaminhar e abrigar os menores aos estabelecimentos, bem como, supervisionar e controlar as instituições particulares que recebiam subvenções do Estado (FALEIROS, 1995 apud PEREZ; PASSONE, 2010 p. 657)

O novo Código de Menores, Lei nº 6.667, de 10 de outubro de 1979, contemplou uma proteção ao menor que se encontrava em situação irregular (PEREZ; PASSONE, 2010 p. 662). O artigo 2º do Código de Menores dizia que:

Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal (BRASIL, 1979).

Com a Constituição Federal de 1988 surgiu os principais direitos do ordenamento jurídico possibilitando uma proteção total dos direitos da criança e do adolescente, após houve a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente que reafirmou os direitos que já vinham expressos na Constituição Federal (SILVA; MELLO, 2019, p. 33). A ratificação do Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe vários direitos aos menores, que ficou denominado como proteção integral, que passou a permitir uma condição adequada para formação das crianças e adolescentes.

Após este caminho percorrido pela história percebemos que com o tempo e com a evolução da sociedade as crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos protegidos pela sociedade e pelo Estado (LOPES; FERREIRA, 2010 p. 77).

No ano de 1997 a ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência) lançou uma parceria com o Governo para implementar uma Campanha Nacional Contra o Turismo Sexual, no qual foram criadas linhas telefônicas gratuitas e sigilosas as quais facilitavam a notitia criminis de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes do país (SANTOS, 2009, p. 25).

De acordo com a UNICEF [2017] os direitos da criança e do adolescente tem tido grandes avanços nos últimos anos, mas ainda temos muitos casos de violação aos seus direitos constitucionais, pois temos apuração de 15.708 registros de violência sexual contra crianças e adolescentes no ano de 2016 pelo Disque 100

(MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020). O Disque 100 é um serviço que foi criado em 1997, pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) e, a partir de 2003 o serviço foi incorporado à estrutura da Secretaria Especial de Direitos Humanos como instrumento da política de enfrentamento contra as violações de direitos, cujos dados fornecidos são fundamentais para subsidiar a definição de estratégias para diminuir as incidências de violência (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018b, p. 48).

1. 1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais são previstos como direitos constitucionais inerentes a todo ser humano, conforme expõe o artigo 5º da Constituição Federal, onde todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Os direitos fundamentais se classificam em direitos de: primeira geração, quando nos referimos da liberdade e segurança das pessoas perante o Estado, ou seja, assegura os direitos individuais garantindo que o Estado não viole seus direitos, assim se entende como sendo uma obrigação negativa do estado, por se tratar de uma obrigação de não fazer, os direitos de segunda geração são considerados positivos, visto que o Estado deve garantir condições mínimas para a saúde, educação e segurança e os direitos de terceira geração, que são aqueles que pertencem a todos, porém não pertence a nenhum indivíduo isoladamente, “são direitos metaindividuais e supraindividuais”. Esses direitos foram surgindo com o passar do tempo de modo progressivo, garantindo o bem estar dos indivíduos (CAVALCANTE FILHO, p.12-13).

Quando tratamos de direitos fundamentais voltados de modo geral para a criança e o adolescente temos que, consiste em direitos universais e indispensáveis estabelecidos pela Constituição Federal, mas que podem sofrer violações (NERY JUNIOR; NERY, 2016), necessitando desta forma de atenção por parte do Estado. Assim, a criança e o adolescente gozam de proteção aos seus direitos e garantias fundamentais, sob toda e qualquer circunstância (UNICEFa). Dessarte, o ECA demonstra de forma expressa em seus dispositivos os direitos fundamentais

inerentes a toda criança e adolescente sem qualquer distinção, assegurando a eles todas as oportunidades e facilidades a fim de ensejar um desenvolvimento saudável de forma digna (BRASIL, 1990), para que a criança e o adolescente possam viver em um ambiente familiar harmonioso, repleto de amor e felicidade, visto que a criança e o adolescente são pessoas que se encontram em pleno desenvolvimento de sua personalidade sendo fundamental que eles recebam proteção e cuidados necessários (BRASIL, 1990).

Com isso, temos à garantia do direito à vida, à saúde, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no artigo 227 da Constituição Federal (1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desta forma, a criança e adolescente deve ter seus direitos fundamentais protegidos por todos que fazem parte de sua criação e desenvolvimento, visto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a dignidade da pessoa como um direito inerente a todos os seres humanos.

1.1.1 Dignidade da Pessoa Humana

A Constituição Federal em seu artigo 1º inciso III traz a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos para que torne possível garantir os direitos fundamentais com o fim de proteger o ser humano, direitos estes que com a evolução do homem e o passar do tempo passaram por modificações (SARLET, 2015, e-book). Esses direitos são públicos subjetivos, tendo em vista que todos os seres humanos são detentores, pois são universais (FACCHI, 2011, p. 17).

A dignidade da pessoa se mostra não só como um princípio constitucional, mas como um fundamento constitucional, tendo em vista que os doutrinadores em sua maioria entendem que a dignidade da pessoa é a base para os direitos fundamentais (CAVALCANTE FILHO, p. 4), e apesar de não ter um conceito único, reconhece aos seres humanos direitos que são essenciais à sua vida, e que

proporciona a plena convivência em coletividade (MOTTA, 2013). De modo que o respeito ao próximo exclui qualquer tipo de preconceito ou forma de violência que possa ser praticada contra outra pessoa.

A dignidade do homem já existia há muito tempo, ao passo que no cristianismo todos teriam igualdade perante Deus, sustentado pela bíblia que todos os homens são filhos de Deus, criado à sua imagem e semelhança (SARLET, 2015, e-book; FACCHI, 2011, p.28).

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2015, e-book) para que a dignidade da pessoa humana exista é necessária também a existência humana, sendo que a dignidade é uma qualidade essencial do ser humano, assim para se formar um conceito de dignidade é necessário analisar a sua real essência para que se possa compreender o seu verdadeiro sentido. O ser humano se diferencia de outras espécies pelo fato de possuir dignidade, que está profundamente ligado à liberdade de cada ser (SARLET, 2015, e-book).

Ingo Wolfgang Sarlet ainda ressalta sobre a dignidade da pessoa humana

É qualidade integrante e irrenunciável da condição humana, devendo ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida. Não é criada nem concedida pelo ordenamento jurídico, motivo porque não pode ser retirada, pois é inerente a cada ser humano.

O direito é um instrumento jurídico que resguarda a dignidade da pessoa humana, porém não é apenas onde o direito existe que a dignidade é resguardada, além disso, o direito exerce um papel importante quando falamos de dignidade da pessoa humana, assim, mesmo que o indivíduo cometa ações indignas este tem os mesmos direitos dos demais (SARLET, 2015, e-book).

A dignidade da pessoa humana é de grande importância para todos, não havendo como um ser viver sem esta, em alguns casos as pessoas sequer possuem direitos básicos, sendo impossível falar em um mínimo de dignidade, pois para que o ser tenha direito a dignidade basta apenas ser pessoa humana, mais para que tudo isso seja possível é ainda necessário que se tenha respeito com o próximo (ANDRADE, 2003).

A expressão pessoa humana é muito relevante para entender o que significa dignidade, pois é através das características naturais de cada indivíduo que a pessoa se constrói (ANDRADE, 2003).

Quando tratamos de dignidade da pessoa humana existem alguns elementos de suporte que devemos considerar como o princípio da igualdade entre as pessoas, além disso, a ética também contribui para que os homens tenham seus direitos respeitados, sem levar em conta sua raça, gênero, sexo e personalidade (ANDRADE, 2003).

Em se tratando de igualdade mostra-se oportuno ressaltar que os seres humanos possuem interesses em comum independente de sua classe social, força física e inteligência, onde todos almejam obter relações afetivas, moradia, alimentação, saúde, lazer, entre outros (ANDRADE, 2003).

Temos ainda outro suporte ao se tratar da liberdade, que possibilita ao ser humano exercer todos os seus direitos como liberdade de expressão, e de efetuar suas escolhas e colocar em prática seus planos pessoais, respeitando acima de tudo a sociedade.

Segundo José Afonso da Silva (1998, p.94),

A dignidade pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza.

Desta forma, percebemos que a democracia é fundamental para a concretização dos direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana. Tendo em vista que a democracia surgiu para igualar os direitos das pessoas, não podendo ser cerceada, devendo ser assegurada pelo Poder Público, e respeitada por toda a sociedade (CASTILHO, 2014).

A dignidade da pessoa humana se mostra em movimento a cada dia, pois é inerente ao ser humano que evolui constantemente, desta forma seu conceito não pode ser único, tendo em vista que se modifica a todo tempo, assim para que a democracia seja efetiva é necessário o respeito à liberdade, dignidade e fraternidade (CASTILHO, 2014). Sendo assim a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º que são “direitos sociais, à saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Dessarte para que a dignidade se torne eficaz é necessário combater a desigualdade social (CASTILHO, 2014).

1.1.2 Direito à vida

A Constituição Federal em seu artigo 5º expõe sobre a inviolabilidade do direito a vida, garantindo-a a todos os seres humanos, consistente em um direito básico que mostra ser um pré-requisito para a existência dos demais (TAVARES, 2012, p. 575). Desta forma, o direito à vida é um direito indispensável sem o qual não há como se garantir os demais direitos (AMIM, 2010, p. 32).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1990) estabelece em seu artigo 6º que “toda criança tem o direito à vida devendo ser assegurado ao máximo à sobrevivência e o desenvolvimento da criança”.

Em se tratando do direito a vida o Estado é um dos principais protetores deste direito, pois ele deve garantir o bem estar e a sobrevivência dos seres humanos. Ao fazermos uma análise do direito à vida com base nos direitos da criança e adolescente verificamos que este busca amparar aqueles que não possuem bases suficientes após o nascimento, seja por falta de recursos da família ou pela rejeição dos pais, assim o Estado deve zelar pela vida daquela pessoa, se comprometendo para que ela tenha um desenvolvimento físico e psíquico de boa qualidade (NUCCI, 2014, p. 45).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) expõe que o direito à vida é inerente a toda criança e adolescente, na qual se deve garantir o nascimento, o desenvolvimento sadio e condições mínimas de existência desenvolvida por meio de políticas públicas sociais.

Com isso, surge a discussão implementada pelo Direito Civil, que nos traz três principais teorias para tentar explicar a partir de que momento a vida começa a ter proteção legal. A primeira teoria diz respeito à teoria da concepção, expondo que o ser humano teria o direito à vida a partir do momento de sua concepção, a segunda é a teoria da nidificação, que contempla ser necessária a fixação do óvulo no útero, e a terceira teoria exige o nascimento, para somente assim ter a incidência do direito à vida (TAVARES, 2012, p. 400-401). Por outro lado, temos a figura do artigo 2º do Código Civil de 2002, contemplando que a personalidade civil só começa após

o nascimento com vida, porém os direitos do nascituro devem ser resguardados (TAVARES, 2012, p. 401).

Ao falar de direito à vida, no Brasil temos um grande problema que se relaciona a questão da mortalidade de crianças, que segundo Moacyr Pereira Mendes (2006, p.70) no Brasil “ocorre cinco vezes mais do que em países desenvolvidos”, assim fica evidente que ainda é necessário um grande esforço para que o direito à vida seja reconhecido (MENDES, 2006 p. 72).

Assim, a vida é um direito amplo garantido por lei, sendo um dos mais importantes e discutidos na legislação brasileira, abrangendo não apenas o direito de estar vivo, mais também de viver com saúde, dignidade e respeito, até o momento de sua morte (ALENCAR, 2016).

1.1.3 Direito à Saúde

Primeiramente o Direito à saúde foi contemplado na Constituição Federal de 1988, expressado no título da ordem social, que tem como finalidade a justiça social e o bem estar dos indivíduos, este direito vem explicito no artigo 6º da Constituição, dentre os direitos elencados neste artigo, o direito à saúde foi assentado de grande relevância, este direito mostra-se ligado com o direito à vida, e com a dignidade da pessoa humana, sendo assim o Estado é o responsável pela implementação do Direito à saúde, desde então foi criado o Sistema Único de Saúde que trouxe vários benefícios para a população, como vacinação, controle de doenças, auxílio a medicamentos, e várias campanhas voltadas à saúde, entre outros, previstos principalmente na Lei nº 8.080 de 1990 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Esta garantia envolve cuidados médicos, contudo, este direito não está interligado apenas a ausência de doenças, mas também o desenvolvimento sadio, dando a criança e ao adolescente o direito a uma boa alimentação, sendo esta de forma adequada, evitando a obesidade e a desnutrição (AMIM, 2010, p. 32). Este direito é garantido desde quando a criança está sendo gerada visto que, o ECA (1990) prevê em seu artigo 10 que os hospitais devem garantir uma especial atenção à saúde da gestante. Não se trata apenas de um direito inerente a criança e ao adolescente, mas um direito de todos, no qual o Estado está obrigado a fornecer

para garantir ao cidadão no mínimo condições básicas para, viver e desenvolver-se (TAVARES, 2012 p. 600).

Segundo a OMS para que a criança tenha sua saúde garantida é necessário que os pais, a comunidade e os profissionais de saúde, de assistência social e de educação trabalhem em conjunto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

A saúde da criança e do adolescente é assegurada de maneira integral, sendo dever do Sistema Único de Saúde promover através do princípio da equidade a proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990).

De acordo com Ministério da Saúde (2011) o princípio da equidade:

Tem como objetivo diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

Assim, este princípio nos mostra que nem sempre a igualdade é o tratamento de forma igualitária em toda e qualquer circunstância, tendo em vista que em alguns casos é necessário o tratamento diferenciado, para que por fim todos tenham seus direitos consubstanciados.

O direito à saúde é constitucionalmente estabelecido pela Constituição Federal de 1988 dos artigos 196 ao 200, este direito é definido como direito de todos e um dever do Estado, que deve oferecer acesso universal e igualitário à saúde para todos, devendo ser realizada por meio de políticas sociais e econômicas que buscam a diminuição de doenças. Expõe ainda que o poder público deve dispor sobre as ações e serviços de saúde, estabelecendo que a iniciativa privada pode promover a assistência à saúde (BRASIL, 1988), este direito surgiu pela primeira vez na Constituição Federal de 1988 assim prevê os artigos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

Assim para que a saúde possa ser efetivada o Estado precisa garanti-la através de políticas públicas evitando danos ao indivíduo, para que todos tenham uma vida digna (BRASIL, 1988).

É importante que a Constituição alinhe os poderes do Estado e da vida social, para que todas as pessoas tenham garantidos os seus direitos (DALLAR, 1987).

1.1.4 Direito à liberdade

A liberdade consiste em um direito humano básico, ao qual permite que todas as pessoas tomem decisões próprias, desde que estejam de acordo com a lei. Este direito representa a livre circulação das pessoas, podendo ir e vir quando quiserem. Contudo não se restringe apenas nisso, temos uma amplitude mais elevada como: O direito de crença e culto religioso, que foi reconhecido no artigo 14 da Convenção sobre os direitos da Criança. O direito de se expressar livremente, brincar, praticar esportes e se divertir de forma saudável (AMIM, 2010, p. 79). Tendo ainda a possibilidade de participarem sem discriminação, da vida familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Porém, o direito de ir e vir da criança e do adolescente, não é absoluto tendo em vista algumas restrições, como por exemplo, a proibição de participarem de espetáculos públicos ou certames de beleza. De acordo com Fuller (2018, e-book) podemos considerar que os locais de diversão e espetáculos se dividem em duas categorias, a primeira que se mostra totalmente proibida onde as crianças não podem ingressar de forma alguma em locais como estabelecimentos comerciais de bilhar, ou casas de jogos, a segunda são locais proibidos, porém podem ingressar desde que estejam acompanhados pelos pais ou responsáveis, ou em algum caso permitido através de portaria ou pelo juiz competente. Estes locais de acesso relativamente proibido estão previstos no artigo 149, II do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sendo eles: “a) estágio, ginásio e campo desportivo; b) bailes ou promoções dançantes; c) boates ou congêneres; d) casas que explore comercialmente diversões eletrônicas; e) estúdios cinematográficos, teatro, rádio e televisão”.

1.1.5 Direito ao respeito

Conforme o dicionário, a palavra respeito advém de respectu que significa “ato ou efeito de respeitar, ou sentimento de quem respeita” (FERREIRA, 2017, p. 662).

Deste modo, o direito ao respeito se relaciona com a integridade da pessoa, sendo que a criança não pode ser tratada como um objeto no qual os pais ou responsáveis agem para com elas de modo abrupto, infringindo as leis, sua honra e reputação (MENDES, 2006, p. 116).

O respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, englobando a preservação da imagem e identidade da criança e do adolescente, presente no artigo 17 do ECA. Ao passo que, o direito ao respeito também possui previsão no artigo 8º da Convenção sobre os Direitos da Criança expondo que os Estados devem respeitar os direitos da criança de preservar sua identidade, nacionalidade, nome, e suas relações familiares de acordo com a lei.

Com base neste fato, os adultos nos quais as crianças e os adolescentes convivem são as pessoas que mais influenciam na vida destes, assim ao agirem sempre com respeito estarão contribuindo para que estes também se comportem de maneira respeitosa (BRASIL, 1990).

1.1.6 Direito à convivência familiar

O Estado e a sociedade devem de forma conjunta garantir a criança e ao adolescente o amparo de uma família, para todas as situações nas quais eles necessitem. Porém, quando o Estado não puder garantir a estes que sejam protegidos por sua família legítima, poderá instituir outra família (família substituta), para que eles não fiquem desamparados, pare que o Estado cumpra o seu papel garantindo a correta aplicação da lei. Para Moacyr Pereira Mendes (2006, p. 122) “o melhor lugar para que o menor possa crescer é no seio da família, e, preferencialmente no seio da família natural”. A família é considerada uma instituição com funções sociais insubstituíveis e imprescindíveis tendo em vista que de acordo com o artigo 266 da Constituição Federal ela é a base da sociedade, devendo desta

forma receber do Estado proteção integral para preservá-la e fortalecê-la (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, 2012, p.14-16).

Neste sentido, o Estatuto da criança e do adolescente prevê em seu artigo 19 à convivência familiar e comunitária na qual a criança tem o direito de ser criada e educada por sua família, ou por uma família substituta. A família substituta é definida por decisão judicial podendo ser definitiva quando instituída a adoção, ou ainda ser provisória quando se tratar de tutela ou guarda (BRASIL, Ministério Público Federal).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) prevê em seu artigo XVI, 3 que: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do estado” (PIOVESAN, 2013, p.482). Com isso, percebe-se que o Estado possui um papel importante na vida e desenvolvimento da criança visto que é o responsável por proteger a família.

Este direito pode sofrer algumas alterações, quando a criança e o adolescente sofrer algum tipo de violência no âmbito familiar, ele deve ser encaminhado para abrigos afastando-a do agressor, ficando desta forma prejudicado o direito à convivência familiar.

APELAÇÃO CÍVEL - ECA - MEDIDAS PROTETIVAS - NEGLIGÊNCIA DA GENITORA - ABUSO SEXUAL - SITUAÇÃO DE RISCO - COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA - CABIMENTO - DISPUTA ENTRE CASAIS - PREVALÊNCIA DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.

- A colocação em família substituta constitui medida drástica e, para a sua decretação, é necessário que reste demonstrada a completa negligência e o estado de abandono do infante, configurando uma situação grave de risco, que é conduta ilícita e atingida na órbita civil por essa sanção.

- Restando comprovado, após vários estudos sociais e acompanhamentos da família, que a genitora não apresenta condições para manter a filha em sua companhia, existindo elementos indicando a inaptidão para o exercício da maternidade responsável e que o genitor é acusado de abusar sexualmente da filha, recomenda-se o abrigo da criança com família substituta. TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.024955-5/001, Relator (a): Des.(a) Renato Dresch, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/08/2020, publicação da súmula em 09/08/2020, (MINAS GERAIS, 2020).

Desta forma temos que a família pode perder o poder familiar, assim a criança deve ser encaminhada a uma família substituta, para que seus direitos possam ser resguardados e a criança e o adolescente crescer em um ambiente saudável, longe de afronta aos seus direitos.

1.2 PRINCÍPIOS

Os princípios orientam o interprete estabelecendo diretrizes para a correta aplicação dos direitos das crianças e dos adolescentes desde o nascimento até atingir a maioridade, tendo por base a justiça e equidade segundo os princípios da doutrina da proteção integral explicita no primeiro artigo do ECA (1990) dizendo que: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente”. Tendo em vista que, a criança e o adolescente após a instituição da doutrina da proteção integral passaram a ser considerados sujeitos de direitos e garantias, com isso temos a presença de alguns princípios elencados no parágrafo único do art. 100, todos eles são de essencial importante, contudo passaremos a tratar de dois princípios, sendo eles, o princípio da prioridade absoluta e o princípio da prevalência do interesse do menor, expostos a seguir.

1.2.1 Princípio da Prioridade Absoluta

Após a implementação do princípio da prioridade absoluta a criança e o adolescente começaram a serem vistas como sujeitos de direitos especiais (PERISSE, 2015).

Este princípio tem respaldo na Constituição Federal e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente no qual expõe ser dever da família, comunidade, sociedade e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade à efetivação dos direitos da criança e adolescente, compreendendo como garantia de prioridade a primazia de receber socorro em qualquer circunstância; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Desta forma, a criança e o adolescente sempre devem vir em primeiro lugar, tendo em vista que sua educação e os seus direitos são interesses de todos.

Pelo fato de que a criança e o adolescente se encontram em um processo de formação eles usam a família como espelho para sua formação, assim é necessário que a família tenha uma estruturação para que a criança possa se amparar tendo como garantia a assistência devida (VILAS-BÔAS, 2011).

1.2.2 Princípio da Prevalência do Interesse do Menor

Este princípio se mostra de grande importância, vez que as crianças e os adolescentes se encontram em uma fase de desenvolvimento diário necessitando de uma atenção diferenciada e prioritária em comparação com outros sujeitos de direito, para que seu desenvolvimento aconteça da melhor forma possível, conforme os ditames da lei.

Orienta, contudo a aplicação e a interpretação da norma por parte do legislador, trazendo como requisito a forma como o adulto deve se dirigir a criança e ao adolescente para não desrespeitar nenhum de seus direitos, garantindo seu completo bem estar, e o direito de ser criado e educado em seu seio familiar, ou ao menos por uma família substituta, para garantir o seu desenvolvimento (VILAS-BÔAS, 2011).

Apresenta-se explicitamente no artigo 3.1 da Convenção sobre os Direitos da Criança a previsão deste princípio na qual expõe que:

Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o *interesse maior da criança* (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Dessarte, quando o interesse de algum menor estiver convergindo com o interesse de um adulto deve-se decidir a questão com base nesse princípio tendo em vista que é necessário levar em consideração que a criança e o adolescente se encontram em pleno desenvolvimento, buscando periodicamente alcançar e resguardar os direitos da criança e adolescente (PERIPOLLI, 2014).

1.3 TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

Os tratados internacionais buscam celebrar acordos entre um ou mais países com o fim de ampliar os efeitos jurídicos tornando-os internacionais (SILVA), eles podem ser feitos em forma de ajustes, protocolo, declaração, acordos ou convenções (NOVO, 2018). Victor Hugo Albernaz Júnior e Paulo Roberto Vaz Ferreira apresentam algumas disposições de proteção à criança e ao adolescente como:

A necessidade de proporcionar proteção especial à criança foi enunciada anteriormente na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924, e na Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 (arts. 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também de 1966 (art. 10), bem como nos estatutos e instrumentos relevantes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem estar da criança.

Diante do exposto, com relação aos tratados aderidos pelo Brasil que resguardam os direitos das crianças e adolescente, se mostra oportuno apresentar as seguintes:

A Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1959, estabelecendo como sendo os direitos da criança:

1 - A igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade. 2 - A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social. 3 - A um nome e a uma nacionalidade. 4 - A alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe. 5 - A educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente. 6 - A amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade. 7 - A educação gratuita e a lazer infantil. 8 - A ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes. 9 - A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho. 10 - A crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos (TILKIAN, 2019).

A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) que fora promulgado em 22 de novembro de 1969 contém um preâmbulo que define como os Estados signatários devem se portar diante dos direitos de cada pessoa, independente de sua nacionalidade, garantindo ao ser humano seus direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos. Referida convenção é dividida em três partes, onde a parte I corresponde aos deveres dos Estados e direitos protegidos, parte II trata dos meios de proteção (órgãos competentes, comissão interamericana de direitos humanos e corte interamericana de direitos humanos), por fim a parte III trata das disposições gerais e transitórias, contemplando como deve se dar a assinatura, ratificação, reserva, emenda, protocolo e denúncia. Em sua primeira parte quando trata dos direitos, a Convenção Americana de Direitos Humanos expõe que “toda criança necessita de medidas de proteção que deve ser oferecida por sua família, sociedade e Estado” (PIOVESAN, 2013, p. 641).

A Convenção sobre os Direitos da Criança fora ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, entrando em vigor no Brasil em 23 de outubro de 1990, promulgada pelo Decreto Nº 99.710 em 21 de novembro de 1990, ao passo que no Direito Internacional a referida Convenção entrou em vigor em 02 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990).

A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece como criança, aquela pessoa com a idade de dezoito anos, garantindo direitos, como o direito à vida, integridade física e moral, privacidade e a honra, imagem, igualdade, liberdade, (ALBERNAZ JÚNIOR; FERREIRA) direitos estes que devem ser zelados pelo governo, devendo sempre levar a informação às crianças e adultos sobre os direitos inerentes à criança (UNICEFa).

CAPÍTULO 2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência pode se apresentar de várias formas na vida da criança e do adolescente, com base em Guerra e Azevedo apud Rosas e Cionek (2006, p. 10) temos quatro formas de violência, sendo negligência, violência física, psicológica ou sexual que se subdividem em violência extrafamiliar, intrafamiliar ou doméstica.

A negligência ocorre quando os pais ou responsáveis se comportam de maneira irresponsável em relação aos seus filhos, deixando-os desamparados, não assegurando seus direitos básicos como: alimentação, saúde e higiene (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 12-13). Uma situação na qual as crianças ficam expostas a negligência, são os casos nos quais suas famílias passam por crises de desemprego, separação entre outros. De acordo com a UNICEF ([2018?], p.12) a negligência consiste na:

Omissão pela qual se deixa de prover as necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima. O abandono é uma forma extrema de negligência, sendo o tipo mais comum de violência contra crianças.

A violência física acontece quando uma pessoa tenta causar a uma criança ou adolescente um dano interno ou externo por meio da força física, onde geralmente os principais agressores são os próprios pais ou responsáveis que se utilizam deste meio para causar danos aos filhos (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 12).

Violência psicológica ocorre por meio de ações permanentes que fazem com que a criança se sinta menosprezada e envergonhada, este tipo de violência ocorre com muita frequência, mas na maior parte dos casos ela não é identificada, assim não chegam ao conhecimento das autoridades policiais, podendo causar danos irreversíveis na vida das crianças e dos adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997, p. 13).

Segundo Luciana Potter apud Bitencourt (2012, p. 216) a violência sexual:

Quando ocorre no âmbito intrafamiliar, ultrapassa os limites e regras culturais, sociais, familiares e legais, pois se trata de um comportamento sórdido, degradante, repugnante e moralmente condenável, pois nega os

princípios morais mais comezinhos formadores e informadores da célula familiar.

No que tange a violência extrafamiliar o abusador é uma pessoa que não faz parte da vida da criança ou adolescente, ou seja, aquela pessoa que não possui laços parentais com a vítima, o que acontece apenas em alguns casos eventuais onde o abusador pode ser uma pessoa conhecida ou não da família (SANTOS, 2009, p. 43), de acordo com Antoni et al. (2011) este tipo de violência geralmente ocorre perto da residência da vítima.

Quando tratamos da violência intrafamiliar verificamos ser aquela que acontece dentro do ambiente familiar, que parte de uma pessoa que tem o dever de proteger a vida, sua saúde e todos os direitos da criança e do adolescente, também chamado de abuso sexual incestuoso, na maior parte dos casos, a violência parte das pessoas na qual a criança confia e ama (COHEN, 1993; ABRAPIA, 2002, apud SANTOS, 2009 p. 32). Temos que, “cerca de 40,0% dos estupradores das crianças pertenciam ao círculo familiar próximo, incluindo pai, padrasto, tio, irmão e avô” (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017, p. 24). Pode ocorrer dentro ou fora do lar da vítima, por pessoas que passam a fazer parte de seu cotidiano, não sendo necessário possuir um laço de consanguinidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002 apud MIURA et al., 2018, p. 2).

É evidente que a família é o pilar para que as crianças e os adolescentes cresçam em um ambiente saudável e harmônico, tendo em vista que a família tem o papel de apoiar a formação e a educação dos infantojuvenis, no entanto, ocorrem inúmeros casos de violências nesse círculo familiar que se torna um espaço de praticas violentas marcada por dissimulação e opressão (ROURE, 1996, p.76).

Em muitos casos a detecção deste tipo de violência se torna mais difícil, pois acontecem dentro do próprio ambiente familiar da vítima, facilitando a vitimização das crianças e adolescentes que sofrem consequências em seu desenvolvimento, com isso vejamos:

Contrariando muitas representações de que os (as) agressores (as) sexuais são pessoas estranhas às vítimas, dados demonstram que os agressores, em geral, são pessoas próximas e de confiança da criança. Em cerca de 85% a 90% dos casos, exceto em situações de exploração sexual, são pais, mães, professores (as), tios (as), etc. No caso de violência física, a maioria é de mulheres (mães, cuidadoras, professoras). No caso de violência sexual, a maioria são homens heterossexuais, com idade entre 16 e 40 anos, e, quando ocorre na família, 44% são pais, 17% padrastos, 10% tios (GABEL, 1997 apud BRASIL, 2009. p. 40).

A violência doméstica realizada contra crianças e os adolescentes passou a ser estudada por alguns pesquisadores na década de 70, porém ainda se mostra pouco explorada tanto no Brasil quanto no mundo, as primeiras pessoas a tratar do assunto foram Raimundo Lipi, Hélio de Oliveira Santos, Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra.

A violência doméstica contra a criança e o adolescente pode ser entendida como:

Todo ato e/ou omissão praticado(s) por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma “coisificação” da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995 apud MIURA et al., 2018 p. 2).

Assim, a violência doméstica é um abuso físico ou psicológico, que pode ser praticado por um membro familiar, em desfavor de outro, neste caso específico o abuso é praticado contra criança e o adolescente que se encontra em uma situação de inferioridade em relação ao agressor. O agressor se aproveita da fragilidade e do silêncio da vítima que se sente envergonhada e culpada tornando a intervenção cada vez mais difícil (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 13).

Ao passo que para Azevedo e Guerra apud Miura et al., (2018, p. 2) a violência doméstica não acontece no ambiente onde há convivência entre os membros da família, diferente da definição da Lei Maria da Penha que ocorre com a presença ou ausência do vínculo familiar entre pessoas que não possuem parentesco.

A violação dos direitos da criança e do adolescente se apresenta como sendo qualquer forma de agressão ou opressão que quando praticados na infância causa danos irreparáveis em seu desenvolvimento físico e psíquico (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 13).

2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual contra criança e adolescente ocorrem no mundo todo, e a primeira legislação que estabeleceu noções sobre o que é violência foi o Código de 1890, em seu artigo 272 (RODRIGUES, 2017, e-book).

Temos que a violência consiste no uso da força física, ou de alguma forma de poder, que resulta em lesão, dano ou morte (NUNES; SALES, 2016). Consiste na violação de direitos da criança e do adolescente, como liberdade, respeito e dignidade, que ocorrem frequentemente e atingi um grande número de crianças e adolescentes. Consiste ainda em qualquer prática sexual forçada com emprego de violência ou grave ameaça praticada contra crianças e adolescentes (SANTOS, 2009, p. 31).

Temos que o Código Penal em seu art. 217-A prevê o estupro de vulnerável como o ato de praticar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com menor de 14 anos, este tipo busca proteger o desenvolvimento do menor de forma digna, para que possa ter uma vida adulta saudável, sem a ocorrência de problemas psicológicos, e sem influenciar em sua sexualidade.

A violência sexual acontece com crianças que, de acordo com o ECA (1990) são aquelas com idade de até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos. A violência sexual acontece de forma frequente no país, principalmente no ambiente familiar da criança e do adolescente (SILVA; GONÇALVES, 2019, p. 4).

A violência sexual pode ser dividida em abuso sexual e exploração sexual comercial. A exploração sexual ocorre quando a criança ou adolescente é usado, promovendo vantagens ou proveito sexual às pessoas (LEAL, 1999 apud RECHE, 2017), muitos colocam a culpa pela exploração nas crianças e adolescente, porém é evidente que se os adultos não se aproveitassem da fragilidade e do desconhecimento deles para explorar o seu corpo em troca de algo, ou para receber algum tipo de vantagem, com a evolução da tecnologia a questão da exploração ganhou forças, pois a internet tornou-se um meio para que exploradores se aproveitem das crianças e adolescentes divulgando materiais pornográficos, os pais e responsáveis devem ficar atentos para que o público infantojuvenil tenha acesso a redes sociais com ponderação e fiscalização, pois afinal de contas a criança e o

adolescente necessitam dos cuidados dos pais ou responsável (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO, 2015, p. 13).

A exploração sexual para Childhood (2019) é:

A prática de atos sexuais realizada com crianças e adolescentes mediante pagamento. Muitas crianças e adolescentes, mais adolescentes do que crianças, de ambos os sexos, envolvem-se em atividade sexual e fazem dele a sua principal estratégia de sobrevivência. Entre jovens de camadas populares, jovens de rua e mesmo da classe média, essa pode ser uma forma de custear o vício em drogas ou adquirir um estilo de vida desejado. Muitos deles não são e nem aceitam ser agenciados por intermediários. Entre eles, estão garotos e garotas que são explorados na rua ou em programas de acompanhamento negociados por telefone.

A exploração sexual é um problema que infelizmente ocorre diariamente em nosso país, no ano de 2011 o Ministério dos Direitos Humanos constatou que o atendimento de vítimas de exploração sexual era baixo, representavam apenas 4,1% e a pornografia infantil totalizava 2,7%. Nestes casos as maiores vítimas são crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 14 anos de idade. Contudo, esses números mostram a gravidade da situação, pelo fato da exploração ser clandestina e dominada por pessoas poderosas que tem domínio sobre as vítimas, que ainda está em fase de desenvolvimento, o que garante que elas mantenham o silêncio sobre a violação, o que dificulta que essas vítimas consigam demonstrar a realidade dessa violência (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018b, p.47).

Já o abuso sexual acontece quando uma criança ou adolescente é abusada para o fim de satisfazer um desejo sexual pessoal, na maioria das vezes em benefício de um adulto ou também casos em que o abuso acontece entre pessoas de mesma idade, ou seja, é todo ato ou jogo sexual (heterossexual ou homossexual) no qual o agressor tem um desenvolvimento mais evoluído em relação à vítima, (SANTOS, 2009, p. 32).

Em se tratando de abuso sexual, ele deixa de ser apenas um crime contra a liberdade sexual, e passa a ser uma quebra de direitos mínimos como violação ao respeito, a dignidade, a convivência familiar, prejudicando todo o desenvolvimento da criança e do adolescente (SANTOS, 2009, p.175).

Podendo ocorrer por meio do contato físico ou não, vejamos:

O abuso sem contato físico se apresenta das seguintes formas: a) verbal: conversas explícitas, sobre questões sexuais, despertando o interesse ou chocando a criança e o adolescente; b) exibicionismo: exposição dos

órgãos genitais ou condutas sexualizadas; c) voyeurismo: obter gratificação por observar crianças e adolescentes, sem ser visto, na maioria das vezes, para que a descoberta não se torne assustadora; d) pedofilia: pela internet, telefone e outros meios de comunicação, cometido na maioria das vezes por homens adultos, com a linguagem obscena sendo típica neste abuso; e) assédio sexual: consiste em propostas de contato sexual, onde há relação de poder entre o agressor e a vítima, podendo ser ameaçada e chantageada (AMORIM, 2005 apud SILVA; GONÇALVES, 2019, p. 4).

O abuso com contato físico acontece por meio do estupro, que consiste em penetração ou atos libidinosos, que pode ocorrer por meio do incesto que é a relação sexual entre pessoas da família ou aquelas que possuem um grau de responsabilidade, sendo este uma forma de abuso muito frequente, causando muitas vezes consequências severas às vítimas (FLORENTINO, 2015, p.1), e também por meio do sadismo, no qual o agressor é estimulado por atos de violência nas quais se inclui a tortura, humilhação ou o sofrimento da vítima (ADRÁPIA, 2002 apud SILVA; GONÇALVES, 2019, p.4). Percebemos que o estupro causa muitas consequências na vida da vítima, tanto na vida pessoal quanto na vida financeira, visto que viola direitos que considerados como fundamentais (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017, p. 25).

A OMS (1999) considera como abuso sexual, o envolvimento sexual de uma criança ou adolescente quando este ainda não possui todo o discernimento para entender a gravidade do ato praticado, já que a criança ainda não se encontra preparada (NEVES et al., 2010). O abuso sexual se define quando uma criança ou adolescente menor de 14 anos se envolve sexualmente, visto que não possui maturidade para fazer escolhas em razão de sua idade (JESUS, 2016; MALACRE, 2006 apud NEVES, et al., 2010).

A exploração sexual é aquela na qual a criança ou adolescente é usada sexualmente para que em troca receba algum tipo de remuneração ou compensação (UNICEF, [2018?] p. 12). Este tipo de agressão geralmente não se estabelece através de apenas um agressor ou explorador, e sim por um conjunto de pessoas, que transforma o corpo da criança e do adolescente objetivando um benefício, sendo este econômico ou satisfação de seus prazeres (FALEIROS, 1997, p. 46), atrapalhando o desenvolvimento da infância e juventude.

Este crime está previsto do artigo 218-B do Código Penal que diz:

Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou

deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

A questão financeira influencia de maneira severa para a ocorrência deste crime, porém não é correto afirmar que este é um fator que sempre predomina, visto que a exploração sexual comercial também atinge crianças e adolescentes no qual a situação financeira não é um problema, contudo temos vários fatores que impactam de forma negativa contribuindo para que a criança ou adolescente fique exposto a esse tipo de violação, como por exemplo: “separação dos pais, perda de entes queridos, acidentes e violência doméstica” (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES).

2.2 A VIOLÊNCIA SEXUAL, UMA ABORDAGEM QUANTO AO SEXO FEMININO

Para que possamos abordar o tema, se mostra necessário distinguir no que consiste gênero e sexo, tendo em vista que com o passar do tempo à sociedade vem sofrendo evoluções no que tange ao conceito de gênero, Joan Scott (1995) apud Oliveira (2017) revela que o termo gênero foi usado inicialmente por feministas americanas. Segundo Leonard Sax (2019, e-book) os ativistas transgêneros consideram o gênero como sendo a forma como cada pessoa se sente.

De acordo com Rodrigo da Cunha Pereira (2018) “o gênero apresenta o aspecto social das relações entre os sexos, mas não está atrelado necessariamente ao conceito biológico de sexo”, gênero seria a construção social atribuída ao sexo, definindo ao nascer o modo como meninos e meninas devem agir, de acordo com o seu sexo.

O sexo estaria ligado aos elementos físicos dos corpos, como as genitálias, onde o tamanho de suas células reprodutivas estabelece o sexo, (JESUS, 2012, p.6). Em casos excepcionais temos pessoas que são consideradas intersexuais, que são aquelas que não apresentam sexo determinado ou desenvolvem características do sexo feminino e do masculino (GUERRA).

A igualdade de gênero lida com grandes questões construídas pela história da sociedade, as crianças têm seus papéis predeterminados, onde meninas devem brincar de boneca, usar rosa e meninos brincar de carrinhos e usar azul, essa construção desenvolvida pela sociedade atribui ao homem maior relevância em relação à mulher desencadeando a desigualdade, assim devemos partir da premissa

de que é necessário romper essa construção, para que assim possamos falar em igualdade de gênero. A família desempenha uma função valiosa ao tratarmos de igualdade de gênero, pois a criança e o adolescente são influenciados diretamente pelas ações desta (BASÍLIO, 2016).

Os transexuais são aquelas pessoas que se identificam com o gênero oposto ao do seu sexo biológico, com o passar do tempo às pessoas mudaram seus conceitos com relação à transsexualidade que era vista como uma doença, e passou a ser um assunto mais flexível, assim tornou-se permitida a mudança de registro civil e redesignação sexual, mas ainda é necessário algumas exigências como acompanhamento psicoterápico, laudos psiquiátricos e psicológicos e diagnóstico de transsexualidade para a realização da cirurgia, apesar disso outros países são mais maleáveis com estas questões em comparação ao Brasil (MACHADO, 2015).

Quando o assunto é orientação sexual temos algumas classificações como heterossexual (cisgênero) sendo aquele que sente atração sexual por pessoas de sexo oposto, homossexuais, são aqueles que sentem atração por pessoas do mesmo sexo, e ainda os bissexuais que sentem atração por pessoas de ambos os sexos (GUERRA).

As meninas são as principais vítimas quando o assunto é violência sexual contra crianças e adolescentes, no âmbito da exploração sexual nem sempre a vítima vê a exploração como algo ruim, tendo em vista que em alguns casos as meninas não se sentem pressionadas, pois pensam estarem ajudando a família, ou seja, não entendem a gravidade da violação que estão sofrendo (VEGA; PALUDO, 2015, p.52). Quando observamos as agressões físicas e negligências, temos que a maioria dos relatos mostram que os crimes ocorrem em desfavor de meninas (SANTOS, 1950, p.170).

2.3 IMPACTOS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência sexual causa grandes consequências para a saúde das crianças e adolescentes, afrontando diretamente os direitos humanos entre outros direitos assegurados pelo ECA, atingindo todas as idades, raças, países, religiões e classes sociais (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, apud FLORENTINO, 2015, p. 140).

As consequências do abuso sexual podem causar grandes problemas de saúde mental desencadeando alucinações, ansiedade, mau desempenho na escola, depressão e mudanças em seus comportamentos cotidianos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p. 8), assim segundo Rosas e Cionek (2006, p. 12) os sintomas podem ser também:

Falta de motivação, isolamento, ansiedade, comportamento agressivo, depressão, baixo desempenho e evasão escolar, dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento, repetência e necessidade de educação especial.

Além disso, o abuso sexual pode apresentar diversos sintomas físicos, como sinais pelo corpo, lesões genitais, lesões anais, gravidez, e vários tipos de doenças sexualmente transmissíveis, ainda sintomas psicológicos como: agressividade; condutas sexuais inadequadas; dificuldade de se relacionar com outras pessoas; problemas com a alimentação; uso de drogas; mudanças no vocabulário; distúrbios traumáticos; envolvimento com a prostituição e transtornos afetivos, mas, não são todas as crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de sintoma, e apenas a existência de um sintoma isoladamente não significa que há ocorrência do abuso sexual (CORDEIRO, 2006, p. 5).

Geralmente a criança agredida em seu ambiente familiar sofre maiores consequências pelo fato de ter que conviver com seu agressor diariamente e enfrentar o medo, a vergonha e a culpa, essa convivência facilita o abuso, dificultando a vítima a levar o acontecimento a uma pessoa de sua confiança ou conhecimento das autoridades policiais, podendo ocasionar desta forma graves sequelas físicas e psíquicas, levando até mesmo à morte (FLORENTINO, 2015, p. 142), mas tais consequências dependem da idade da vítima, quando a violência se iniciou, quantas vezes houve o abuso, a intensidade do abuso, e o vínculo entre a vítima e o abusador (FLORENTINO, 2015, p. 140; ROMERO, 2007, p.15). Assim, esse vínculo que a vítima tem com o abusador torna o abuso mais grave, pois a criança fica confusa, com o papel desempenhado pelo abusador (GABEL, 1997, p. 64). Quando o abusador está presente na figura do pai, ele deixa de cumprir com a sua obrigação de protetor da criança, passando a violar os seus direitos, a mãe em alguns casos torna-se omissa (GABEL, 1997, p. 64).

Temos que, algumas agressões são caracterizadas por causarem lesões genitais, agravada por outros danos físicos, como tentativa de estrangulamento e ferimentos, assim nestes casos fica evidente a agressão necessitando de

acompanhamento médico, pois o diagnóstico é preciso e não apresenta dúvidas, (GABEL, 1997, p. 65). Portanto, a agilidade da intervenção, as primeiras declarações das vítimas, os exames preliminares se tornam fundamentais para uma melhor detecção do abuso (GABEL, 1997, p.75). Sendo assim, o primeiro contato com a vítima e seus familiares é fundamental para que a intervenção seja eficaz, esse contato deve ser extremamente livre de julgamentos, devendo assim analisar o caso concreto. Cabe desta forma, ao condutor da investigação saber como deve lidar com as adolescentes, devendo agir com calma para que a adolescente se sinta amparada e consiga se expressar e se abrir sem vergonha ou medo de ser julgada (GABEL, 1997, p.76).

É complicado diferenciar apenas um abuso ou abusos contínuos que acontecem frequentemente, nos deparamos muitas vezes com crianças e adolescente que sofreram abusos sexuais dentro da família, esses casos se mantêm ocultos e aparecem na adolescência causando grandes problemas e em algumas famílias, além da criança e do adolescente sofrer com os abusos iniciais ainda são submetidos a novos traumas como a responsabilidade do rompimento dos familiares (GABEL, 1997, p. 64-66).

Os abusos sexuais por pessoas que não fazem parte do ambiente familiar se torna mais fácil de ser revelado pela criança, porque a criança pode contar com o afeto de seus pais e familiares, entretanto é necessário preparar a criança e o adolescente para passar pela fase de investigações sem causar traumas maiores (GABEL, 1997, p. 65).

O ambiente onde a criança vive é um fator importante para entender qual o verdadeiro problema que ocasionou o abuso, (GABEL, 1997, p. 65). Quando a criança e o adolescente sofre o abuso no ambiente familiar eles demonstram alguns sintomas que alcançam todas as esferas de comportamento, sentindo como se tivesse perdido sua honra, sua integridade física, sentindo assim uma enorme angústia. Como se não bastasse todo problema causado pelo abuso a criança e o adolescente ainda deve se preocupar com possíveis doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS que se mostra uma doença preocupante que a pessoa leva por toda vida (GABEL, 1997, 67). A gravidez também é uma causa que ocorre com frequência em se tratando de abuso sexual, pois em muitos casos as adolescentes não possuem respaldo suficiente para poder se proteger de uma gravidez indesejada, além da adolescente sofrer com o abuso ela ainda se torna

vítima de uma segunda violência, pois atinge sua dignidade humana principalmente pelo fato dela ter que tomar decisões como interromper ou prosseguir a gravidez ou até mesmo entregar o bebê à adoção, constatando desta forma que a gravidez na adolescência decorrente de violação sexual necessita de mecanismos universais de proteção (CAVALCANTE, et al., 2015).

Com o passar do tempo algumas crianças voltam a exercer as suas atividades normais, porém essas crianças ficam com sequelas para a vida toda como medo do escuro, solidão, e distanciamento de pessoas do sexo do agressor, depressão, ansiedade, transtornos de comportamento, dependências químicas podendo até se suicidarem (PIZÁ; BARBOSA, 2004, p. 105).

A exploração sexual possui vários fatores que influenciam a vítima a seguir esse caminho, podendo ocorrer por influência da família, de terceiros, ou pelo fato de ter sofrido algum tipo de abuso sexual anteriormente, ou ainda por uma experiência sexual traumatizante, assim, a criança e o adolescente deixa de percorrer toda a etapa de seu desenvolvimento de forma saudável, excluindo-se de seu vínculo familiar, social e educacional (RECHE, 2017).

Com relação às consequências causadas pela exploração sexual Cauana Perim Franco Reche tem como base que (2017):

A criança e o adolescente perdem sua autoestima, sua dignidade e sua personalidade, pois, vive uma vida desordenada e não aceita pela sociedade, onde não há como planejar um futuro maior e com expectativas, já que muitas vezes seus obstáculos são maiores que seu desejo. Essas vítimas passam a ser discriminadas socialmente, já que não possuem estrutura familiar, sem educação, sem desenvolvimento sadio.

A exploração da criança e do adolescente mostra o sofrimento causado em suas vidas e um resultado extremo no desenvolvimento, causando danos físicos, psíquicos e morais, gerando a perda da autoestima, dignidade e personalidade, onde sua vida passa a ser desprezada e malvista pela sociedade, atrapalhando seus planos para um futuro melhor, tendo em vista que seus problemas atrapalham a busca de suas vontades, a falta de estrutura familiar, educação e desenvolvimento gera a discriminação social (RECHE, 2017).

A exploração sexual causa ainda muitos outros danos na vida da criança e do adolescente, como o uso de álcool e drogas, onde eles buscam meios alternativos para esquecer a exploração (RECHE, 2017).

2.4 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

O Abuso sexual infantil é algo que acontece de forma corriqueira no Brasil, se mostrando um assunto ainda muito difícil de ser abordado na sociedade, com isso, devemos preparar as crianças e os adolescentes, para que sintam-se seguros ao falar de uma situação de abuso, tendo em vista que quando a criança ou adolescente conhece bem seu corpo, a prevenção se torna mais fácil e respeitar cada processo de desenvolvimento sabendo o que comentar em cada fase ajudando a evitar qualquer tipo de dúvida em relação a sexualidade se mostra fundamental (CHILDHOOD, 2019). Ao passo que no contexto da exploração sexual, a sociedade deve contribuir com seu papel social, denunciando práticas que violam os direitos da criança e do adolescente, assim para que as crianças e adolescentes possam ter oportunidades de acesso à educação, ao esporte, a cultura e condições de saúde, deve-se combater as injustiças e a exclusão sociais (RECHE, 2017).

A prevenção da violência sexual se torna complicada de ser diagnosticada, porque em muitos casos não deixa lesões aparentes, as quais com o tempo desaparecem (CORDEIRO, 2006, p.7).

As instituições que fazem parte da rede de prevenção à infância possuem um papel essencial para a prevenção e identificação quando se fala em violência, principalmente quando se trata de violência sexual, para Benedito Rodrigues dos Santos (2009) existem quatro formas nas quais uma instituição pode adotar para fazer parte da prevenção da violência sexual, assim se posiciona:

Sugerimos quatro modalidades de ações por meio das quais as instituições da rede podem participar da prevenção das ocorrências de violência sexual: a primeira é informar a comunidade institucional sobre o assunto; a segunda é desenvolver um programa de educação para a saúde sexual na instituição; a terceira é criar na instituição um ambiente que inclua verdadeiramente as crianças que são vistas pelos seus colegas e profissionais que trabalham com ela como “diferentes” e as que são rejeitadas pelo grupo; a quarta é realizar um trabalho preventivo com os pais das crianças e adolescentes que frequentam a instituição, principalmente com famílias de crianças “em situação de risco”.

A rede consiste em grupos de pessoas, organizações e instituições com propósito de compartilhar causas e projetos, ou seja, a coletividade reúne força para

realizar um trabalho social (LÍDIA, 2002 apud MOTTI; SANTOS, 2006, p. 4), tendo em vista que devido ao passar dos anos as necessidades e realidade das crianças e adolescentes que sofrem com a violência ganha novos contornos, o que acaba dificultando seu enfrentamento, a Rede de Proteção Social busca contribuir com os conselhos de defesa de direitos para que elaborem políticas públicas, projetos e programas de enfrentamento a violência (MOTTI; SANTOS, 2006, p. 9), mas nem todas as instituições que deveriam proteger as crianças e os adolescentes agem desta forma.

A prevenção contra qualquer tipo de violência é muito importante, tanto que programas de prevenção já se apresentavam desde 1985, como o grupo de estudos de profissionais da PUC-Campinas de varias áreas, que formaram o CRAMI (Centro Regional da Atenção aos Maus Tratos), este grupo possui a missão de construir o futuro de crianças, adolescentes e vulneráveis que são vítimas de violência doméstica (SANTOS, 1950, p.99). Com o passar dos anos o CRAMI foi se expandindo por todo o estado de São Paulo e criou parcerias com a Prefeitura Municipal de Campinas e em 2009 começou a fazer parte do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica (CRAMI, 2015).

Para que a violência contra crianças e adolescentes possa diminuir é preciso buscar através das gerações culturais e sociais para que possa se compreender a família (SANTOS, 1950, p.173). A família deve oferecer a criança carinho e cuidado, com o desenvolvimento desta ela passa a ser independente, mas mesmo assim ela ainda precisa de acompanhamento e quando chega à adolescência é preciso além de carinho, proteção, cuidado e orientação é necessário também muita cautela, como bem nos orienta o já citado artigo 19 do ECA onde “Toda criança tem direito de ser criada e educada no seio de sua família, no aconchego, no acolhimento, na proteção e no afeto de sua família” (PIZÁ; BARBOSA, 2004, p.142).

Deste modo, para que possamos prevenir a violência é preciso quebrar alguns preconceitos que a sociedade estabelece, reportando também contextos familiares que hoje em dia se apresenta de varias formas, onde em alguns casos a responsabilidade de se educar é passada dos pais para os avós, quando isso ocorre, muitas vezes não significa negligencia ou abandono dos pais, nem causa prejuízos diretamente para as crianças e adolescentes (SANTOS, 1950, p.172).

A criança que sofre violações constate precisa se manifestar de alguma forma, na maioria das vezes é mais fácil detectar o abuso através de ilustrações

feitas pela criança, onde ela demonstra o que vem ocorrendo em sua vida (GABEL, 1997, p.67). Outras formas de detecção são os sinais que a criança transmite diariamente, como “mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento, falta de apetite, mudanças na escola, alterações de humor, pesadelos frequentes medo, gritos ou agitação noturna, são fatores de alerta” (PIZÁ; BARBOSA, 2004, p.99). Porém é oportuno que a violência sexual seja detectada quando estão presentes apenas ameaças, e ainda não houve maiores danos à saúde do menor (PIZÁ; BARBOSA, 2004, p.128).

Diante disso, o dia do enfrentamento ao abuso e a exploração sexual foi instituído em 18 de maio pela Lei Federal nº 9.970/2000, buscando proteger a criança e o adolescente sensibilizando as pessoas para prevenir e enfrentar o problema da violência sexual (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018a). Essa data foi escolhida porque em 18 de maio de 1973 ocorreu um crime chocante que ficou conhecido como “Caso Araceli”, menina de apenas 8 anos que foi raptada, estuprada e morta, por jovens de classe média alta, violando assim todos os seus direitos humanos. Com isso, essa data foi escolhida para enfatizar a problemática da violência sexual, incentivando a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos sexuais da criança e do adolescente, garantindo desta forma a todas as crianças e adolescentes o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade de forma segura e protegida, sem nenhum problema com o abuso e a exploração (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018a).

2.4.1 A importância da educação sexual, e do diálogo para busca de resultados

A criança e o adolescente nunca podem ser responsáveis pela violação sofrida, pois é evidente que eles são as vítimas, com isso temos que trabalhar o rompimento do silêncio buscando levar o conhecimento e a informação, para que desta forma, o enfrentamento sobre tal assunto seja eficaz (BRASIL, 2015, p. 7).

O professor possui um papel importante na educação de crianças e adolescentes, para que ele possa contribuir de forma produtiva é preciso que ele se sinta preparado e tenha uma boa orientação pedagógica para lidar com as crianças e adolescentes, ajudando-os da melhor forma, para que eles possam lidar com os eventuais problemas diários da vida sexual (RIBEIRO).

A maior parte das crianças e adolescentes frequentam a escola diariamente, deste modo, a escola é o ambiente onde elas passam grande parte de seu tempo, tornando-se assim o melhor local para que assuntos relacionados à violência sexual sejam tratados com maior ênfase, buscando prevenir a violência sexual da melhor forma possível, que é através da educação sexual (SPAZIANE; MAIA, 2015). Para isso, é preciso a implantação de projetos que discutem sobre a educação sexual, partindo do ponto de que isso se fará possível através da implementação pedagógica com dinâmicas, como por exemplo, na aula de ciências, onde o corpo humano é algo sempre estudado, na aula de português, onde o professor poderá usar textos educativos, em geografia poderá trabalhar as regiões onde existem maiores índices de gravidez na adolescência e ainda tratar sobre planejamento familiar, e na matemática poderá expor estatísticas sobre gravidez na adolescência, na história sobre as diferenças culturais, lembrando que a escola ajuda na prevenção, não cabendo a ela o papel terapêutico (RIBEIRO).

Para que a prevenção da violência sexual se torne realmente algo eficaz é necessária que a criança e o adolescente conheçam as partes de seu corpo para que desta forma possa entender quando é que estaria diante de um ato de violência sexual, para que só assim possa revelar a uma pessoa de sua confiança que estaria sofrendo atos violentos, pois com a compreensão do ocorrido à criança e o adolescente ficam menos vulneráveis a coações (SPAZIANE; MAIA, 2015).

A confiança é uma ferramenta muito importante ao se detectar o abuso sexual, a criança precisa de estabelecer um afeto com a pessoa para que se sinta segura, tendo em vista que ela passou por grande estado de choque e terror (GABEL, 1997, p. 66).

Sendo assim, é importante ressaltar que nem sempre todas as crianças e adolescentes mudam seus comportamentos após passarem por algum tipo de violência sexual, em alguns casos eles não manifestam sintomas, por isso a importância de ensinar a criança e o adolescente quando alguém estaria violando sua integridade sexual (BRASIL, 2015, p. 11).

Saber como se portar diante de uma criança ou adolescente que sofreu violência sexual é extremamente importante, eles estão vivendo um momento de fragilidade e qualquer reação excessiva, manifestação de sentimentos pessoais do ouvinte, ou diagnósticos precipitados pode constrangê-los atrapalhando o trabalho das autoridades, ou pode ainda aumentar o constrangimento que foi sofrido, além do

que o excesso de perguntas repetidas pode induzi-los a respostas e atrapalhar a memória da criança, assim é possível ajudar a criança e o adolescente a procurar os órgãos para ajudá-los como o Conselho Tutelar, e a Delegacia de Polícia, pois esses órgãos tem a função de prevenir novos casos e proteger a vítima (BRASIL, 2015, p. 17).

Assim temos que, a educação sexual se mostra como sendo a melhor maneira de prevenir a violência sexual, devendo ser um processo que se constrói a passos curtos e contínuos, para que o infantojuvenil tenha um desenvolvimento adequado aprendendo a forma mais correta de se relacionar (RAMIRO et al., 2011).

Porém, a família possui o principal papel quando o assunto é sexualidade, pois dentro de casa as crianças e os adolescentes possuem a proteção de seus entes, que ensinam os principais princípios que eles levam por toda a vida, cabendo a família, discutir, orientar, sanar dúvidas quando precisarem, pois quando a criança e o adolescente não tem esse diálogo aberto com os familiares ele acaba buscando respostas fora de casa, o que muitas vezes acaba trazendo prejuízos ao desenvolvimento, tendo em vista que essa pessoa pode atrapalhar passando informações inadequadas (NERY, et al., 2015).

CAPÍTULO 3 CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS NO BRASIL

A violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrem diariamente em todo o país, violando deste modo os direitos básicos destes indivíduos que necessitam de um apoio amplo, para que possam se desenvolver de forma saudável.

Segundo Marconi de Jesus Santos et al. (2018) no período de 2010 a 2014 foram identificadas no Brasil 2.226 casos de violência sexual ocorrida na escola, o sexo feminino foram as principais vítimas representando 63,8%, onde a maior parte dos casos foram de estupro representando 60,9% dos casos, 88,9% foram perpetrados por agressores do sexo masculino, onde 46% destes são conhecidos da vítima, durante esse estudo houve um grande aumento nas notificações dos casos de abuso sexual na escola que passou de 308 em 2010 para 565 em 2014.

Entre o ano de 2012 e 2015 o Governo Federal avaliou que 500 mil crianças foram vítimas de exploração sexual em nosso país, a maioria eram meninas com a idade entre 7 e 14 anos, a defesa destes tipos de violência se torna complicada, pois estima-se que apenas 7,5% dos casos de violência sexual praticada contra menores de 18 anos são notificados (HERDY, 2020). Ao passo que segundo Clarice Alves dos Santos et al. (2015) com base em dados do Ministério da Saúde menos de 10% dos casos de violência sexual são notificados nas Delegacias e Conselhos Tutelares.

No Brasil as notificações de casos de crime sexual contra crianças e adolescentes vêm crescendo absurdamente de acordo com dados do Ministério da Saúde, onde meninas são os principais alvos, representando 38.082 casos notificados no ano de 2018, isso ocorre não porque o número de abusos sexuais aumentou, mas sim pelo fato de que esses casos foram notificados devido ao crescente número de campanhas incentivando e informando maneiras para que seja possível a identificação do abuso e posteriormente seja feita a notificação (HERDY, 2020). Ao longo do ano de 2019 foram feitos através do Disque 100, 159 mil registros de violações aos direitos da criança e do adolescente, ao passo que no ano de 2018 foram notificados 86,8 mil casos, destes a violência sexual representou 11%. Segundo dados da Associação Brasileira de Proteção à Infância e à

Adolescência (ABRABIA, 2002), ocorre que no Brasil, 165 crianças são vítimas de abuso sexual por dia ou 7 a cada hora (ESPINDOLA; BATISTA, 2013).

O atual cenário da violência sexual no Brasil tem aumentado nos últimos meses com a questão do distanciamento e isolamento social que se instaurou em decorrência do Covid-19, estas crianças estão mais vulneráveis, pois estão sendo observadas e coagidas o tempo todo pelos agressores, as escolas estão fechadas e seu funcionamento remoto levanta obstáculos que dificulta a intervenção desses crimes, com isso a criança e o adolescente passa todo o seu dia em casa, ambiente que deveria protegê-la, mas acaba colocando-as em uma condição de vulnerabilidade, essa vulnerabilidade se dá principalmente por conta do estresse que os pais e responsáveis têm sofrido, já que muitos destes vêm perdendo seu único meio de sustento, contribuindo com o aumento da violência sexual (UNICEF, 2020). Segundo Marcia Rosa (2020) dados mostram que houve uma diminuição de 19% na notificação de violência sexual no mês de abril de 2020 quando comparado ao mesmo mês do ano de 2019, porém essa diminuição não se relaciona com a redução da violência, mas com a ocultação dos casos que continuam ocorrendo, e não chegam ao conhecimento das autoridades.

O site Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, demonstram balanços das notificações de violências contra os Direitos humanos coletadas nos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, incluindo Disque 100, Ouvidoria Online, Clique 100, aplicativo Proteja Brasil, aplicativo Direitos Humanos Brasil e denúncias por canais presenciais, na tabela a seguir apresentar-se-á dados do Disque 100 do ano de 2018 que demonstram que a violência sexual contra criança e adolescente são cometidas contra o sexo feminino, como explícito anteriormente.

3.1 Tabela - PERFIL DAS VÍTIMAS QUANDO AO SEXO

Disque 100 - Ano 2018 - Criança e Adolescente- Perfil das vítimas - Sexo				
Sexo	Feminino	Masculino	Não informado	Total
AC	60	5	3	68
AL	209	36	27	272
AM	452	92	46	590

continua

conclusão

Sexo	Feminino	Masculino	Não informado	Total
AP	46	2	3	51
BA	942	209	92	1.243
CE	547	122	82	751
DF	245	61	25	331
ES	260	50	39	349
GO	499	104	67	670
MA	491	71	42	604
MG	1.651	433	191	2.275
MS	280	63	36	379
MT	256	41	42	339
PA	593	88	56	737
PB	358	99	35	492
PE	525	161	69	755
PI	233	41	18	292
PR	672	149	86	907
RJ	1.349	376	172	1.897
RN	270	53	30	353
RO	125	22	10	157
RR	23	1	7	31
RS	654	185	106	945
SC	575	176	57	808
SE	124	31	13	168
SP	2.569	750	316	3.635
TO	93	12	6	111
NA	15	6	39	60
Total	14.116	3.439	1.715	19.270
%	73,25%	17,85%	8,90%	100%

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Disque 100, (2020).

A violência sexual como foi visto é um problema de toda a sociedade, porém ainda temos que nos preocupar com outras questões que também violam os direitos das crianças e adolescentes, pois não temos apenas violações contra a sexualidade, mas também violências físicas, psicológicas, e homicídios que ocorre em grande escala em nosso país.

3.2 PERFIL DO AGRESSOR

Baseado em estudos da Associação Psiquiátrica Americana, os sintomas e sinais do agressor sexual foram avaliados com vários tipos de comportamentos, fantasias ou práticas sexuais, aponta ainda que esse sentimento sexual por crianças e adolescentes pode ocorrer desde a juventude, se relacionando com a questão da maturidade, ambiente familiar e social e ainda problemas psicológicos (SANTOS, et al., 2015).

Nos casos em que o agressor tem vínculos familiares com a vítima, como pais ou responsáveis, a análise torna-se complicada interferindo na vida da família e da vítima, desencadeando danos ainda mais intensos, Elaine Maria Rosa Soares (et al. 2016, p.90) demonstra que 86,1% dos agressores são pessoas conhecidas da família, onde na maioria das vezes a agressão é perpetrada no ambiente familiar. Uma pesquisa realizada na cidade de Feira de Santana-BA mostrou que a violência sexual ocorre mais por agressores do sexo masculino, ao contrário do que mostra outros dados, lá as agressões são cerca de 60% praticadas por vizinhos, pessoas da comunidade, colegas e namorados, ao passo que apenas 27% são pais, padrastos e familiares (SANTOS et al., 2015).

Um trabalho realizado nos processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul constatou que em 98,8% dos casos o agressor era do sexo masculino e fazia parte do círculo familiar da vítima, sendo que 57,4% dos casos o agressor era pai da vítima, em 37,2% dos casos o agressor era padrasto ou pai adotivo da vítima, onde a maioria dos agressores (52,2%) tinha idade entre 31 e 40 anos, ainda foi relatado nos processos o perfil do agressor que se manifesta como condição de risco para a violência sexual, onde eles se mostram agressivos, tendo problema com álcool, drogas, transtornos mentais, rigidez, obstinação religiosa, e possessividade (HABIGZANG, et al., 2005, p.345).

De acordo com Elaine Maria Rosa Soares (et al. 2016, p.90) 16,3% dos abusadores teriam de 9 a 21 anos, 48,4% deles teriam de 22 a 39 anos, 30,8% deles teriam de 40 a 59 anos e 4,5% deles teriam 60 anos ou mais, assim temos que os agressores que praticam abuso sexual possuem faixas etárias em médias de 36 anos.

De acordo com Eldridge (1984) apud Maria Emília Marinho de Camargo et. al (2011) temos três ciclos para entender como o agressor reage ao cometer a violência sexual, sendo eles: a) o ciclo contínuo, onde o abusador abusa de suas vítimas de forma contínua, mas procura sempre vítimas diferentes; b) ciclo inibido, o agressor comete e abuso, ficando posteriormente por um determinado período longe das vítimas, porém ele se esconde atrás de fantasias sexuais, masturbação, orgasmo e imagens de crianças, período este que faz ele se renovar e voltar a buscar novas vítimas; c) ciclo curto-circuito, o abusador se aproveita de crianças que faz parte de seu ambiente familiar, ou do seu cotidiano, seduzindo-a passando por fantasias até chegar ao abuso. Para isso é necessário que o agressor passe por pensamentos, sentimentos e comportamentos que ligam à violência sexual, onde o agressor apresenta vários padrões de conduta sendo: propensão para abusar sexualmente de crianças; fantasias e excitação; ideia distorcida; comportamentos que levam a busca pela pornografia infantil; selecionar a vítima através de sua idade e aparência; planejamento; sedução da vítima; como iniciar o abuso, como manter o abuso em segredo; receio de ser descoberto; atitude normal; cuidado para não ser descoberto, após todo o caminho percorrido, o abusador começa a colocar seus planos em ação (CAMARGO, 2011).

Quando a violência é perpetrada por estranhos é preciso que se desenvolvam métodos do Estado em conjunto com a sociedade para prevenir a violência, esses casos de violência sexual tem um lado menos complicado, ou seja, as crianças e os adolescentes não deixam de sofrer consequências com a violação, porém quando ela não é cometida pela pessoa em que as crianças e os adolescentes confiam tanto a prevenção quanto o diagnóstico se torna mais fácil de ser detectado.

A pessoa que se torna um agressor geralmente já sofreu ou já presenciou alguma violência sexual (FATIMA, 2007, p.83).

Diante do exposto, fica evidente que os agressores que mais praticam a violência sexual são do sexo masculino conforme dados colhidos pelo disque 100 no ano de 2018, explicito na tabela a seguir.

3.2.1 Tabela – Perfil do suspeito quanto ao sexo

Disque 100 - Ano de 2018 - Criança e Adolescente- Perfil do suspeito - sexo

SEXO	FEMININO	MASCULINO	NÃO INFORMADO	TOTAL
JANEIRO	254	961	223	1.438
FEVEREIRO	288	1.220	252	1.760
MARÇO	219	935	266	1.420
ABRIL	255	1003	222	1.480
MAIO	281	1.150	263	1.694
JUNHO	218	918	232	1.368
JULHO	243	960	198	1.401
AGOSTO	275	1.211	315	1.801
SETEMBRO	279	1.153	258	1.690
OUTUBRO	295	1.246	248	1.789
NOVEMBRO	233	1.136	234	1.603
DEZEMBRO	227	1.006	217	1.450
TOTAL	3.067	12.899	2.928	18.894
%	16,23%	68,27%	15,50%	100%

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Disque 100,(2020).

3.2.2 A Pedofilia

A pedofilia consiste em um distúrbio de conduta social, psicopatológica com caráter sexual compulsivo, no qual os adultos apresentam uma atração sexual por crianças e adolescentes somente, ou também por adultos (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO, 2020).

Embora muitas pessoas pensem que toda pessoa que pratica abuso sexual é um pedófilo, essa afirmação está equivocada, posto que este termo está relacionado com um transtorno parafilico que é caracterizado por fantasias, anseios e comportamentos sexuais intensos, buscando se satisfazer de forma inadequada, ou

seja, satisfazer seu desejo com uma criança ou adolescente (SILVA; PINTO; MILANI, 2013).

Ao apresentar desejo por crianças e/ou adolescentes a pessoa pode ser considerado como pedófilo, porém esse transtorno nem sempre leva a pessoa a praticar um ato criminoso, é comum que pessoas com esses transtornos mantenham seus desejos encobertos, não os praticando, assim, perante o Código Penal apenas considera-se criminoso aquele que realiza seu desejo e causa uma lesão ao outro, (SERAFIM, et al., 2009).

Grande parte das pessoas que se tornaram pedófilos sofreram algum tipo de abuso na infância, quase todas não conseguem recordar se sofreram algum tipo de agressão no passado (GABEL, 1997, p. 116), desta forma os pedófilos se diferenciam de duas formas, pois uns se caracterizam como abusadores outros como molestadores.

Os abusadores são indivíduos imaturos e solitários, onde suas ações são manifestadas de forma menos invasivas, agindo com mais cautela, o que inibi as crianças, os adolescentes e as pessoas de notarem os acontecimentos violentos, já os molestadores têm uma característica mais ofensiva, praticando frequentemente a violência (SILVA; PINTO; MILANI, 2013).

Temos a figura do molestador situacional, o seu comportamento está a serviço de suas necessidades básicas sexuais ou não sexuais, sendo que a criança não é o alvo principal de suas fantasias; o molestador situacional regredido tem um perfil diferenciado, não atacando somente crianças, mais sim qualquer pessoa que se encontre vulnerável, satisfazendo assim seus desejos sexuais; o molestador situacional inescrupuloso abusa de qualquer pessoa que esteja disponível, não escolhe um perfil específico este molestador não se importa em envolver seus filhos e/ou enteados na realização de seus desejos; o molestador situacional inadequado não manifesta agressão, suas práticas sexuais são menos invasivas, suas práticas se restringem em abraços, caricias entre outros, raramente mantém relação sexual, quando essa relação ocorre geralmente tende a ser oral ou anal. Já o molestador preferencial é aquele que tem sua vítima específica, ou seja, apenas se satisfaz quando a vítima é uma criança, sendo persistente, compulsivo, sedutor, cruel e introvertido, possuindo características de violência extrema (SERAFIM, et al., 2009).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Com o advento do ECA em 1990 a violência sexual contra a criança e o adolescente ganhou ênfase, criando-se assim Fóruns, Conselhos e expandindo as ONGs, tendo um avanço político e social, onde os direitos da criança e do adolescente passaram a ser mais respeitados, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 já estabelecia os direitos da criança e ao adolescente (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Em caso de violência sexual as vítimas precisam ser dirigidas a Delegacia de Polícia e posteriormente serem encaminhadas à DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente), para que sejam aplicados métodos legais como, exames necessários constatando a ocorrência da violação, para que rapidamente sejam encaminhados ao médico e ao serviço de apoio psicológico (CORDEIRO, 2006, p.8-11).

Para informar a ocorrência de casos de violação sexual, a sociedade conta com o apoio do SOS Cidadão- Disque 100, que pode ser feita de forma anônima, mas em nenhuma hipótese pode deixar de ser feita (CORDEIRO, 2006, p.8-11), assim, de acordo com o artigo 5º do ECA: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

A SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) criou a Campanha Permanente de Prevenção da Violência com o tema “A Violência é covardia- as marcas ficam na sociedade”, essa campanha busca a prevenção da integridade física e psíquica das crianças e adolescentes tendo por base o diálogo e o respeito, a SBP desenvolve sua campanha através da distribuição de cartazes, publicações, e também participando de eventos (NISKIER, 2020).

O Poder Público tem o dever de implantar políticas públicas para garantir a implantação dos direitos da criança e do adolescente, deste modo os infantojuvenis devem ter prioridade absoluta de seus interesses, da forma como expõe determinado princípio já mencionado anteriormente, desta forma não é possível o Estado alegar a tese da reserva do possível para justificar sua omissão,

CRIANÇAS E ADOLESCENTES. DEVER DE PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E À JUVENTUDE. OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL QUE SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO. CRIAÇÃO DE DOIS NOVOS CONSELHOS TUTELARES E DISPONIBILIZAÇÃO, PELO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS AOS CONSELHOS JÁ EXISTENTES (SETORES ILHA E CONTINENTE). CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO. DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819). COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL (RTJ 185/794-796). IMPOSSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO, PELO PODER PÚBLICO, DA CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSÍVEL SEMPRE QUE PUDE RESULTAR, DE SUA APLICAÇÃO, COMPROMETIMENTO DO NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL (RTJ 200/191-197). O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO. A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO ESTADO. A TEORIA DA "RESTRIÇÃO DAS RESTRIÇÕES" (OU DA "LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES"). CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CF, ART. 227). A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO CONTROLE JURISDICIONAL DE LEGITIMIDADE SOBRE A OMISSÃO DO ESTADO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROIBIÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO). DOCTRINA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DELINEADAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (RTJ 174/687 - RTJ 175/1212-1213 - RTJ 199/1219-1220). POSSIBILIDADE JURÍDICO-PROCESSUAL DE UTILIZAÇÃO DAS "ASTREINTES" (CPC, ART. 461, §5º) COMO MEIO COERCITIVO INDIRETO. DOCTRINA. JURISPRUDÊNCIA. PRECEDENTE DO STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CONHECIDO E PROVIDO. STF. R.E. nº 488.208/SC. Rel. Min. Celso de Mello. J. em 01/07/2013 (SANTA CATARINA, 2013).

O Conselho Tutelar é um órgão que defende o cumprimento dos direitos das crianças e adolescente, onde deverá haver no mínimo um Conselho em cada Município, e em cada Região Administrativa do Distrito Federal conforme estabelece o artigo 132 do ECA (BRASIL, 1990). O Conselho Tutelar tem a obrigação de atender as crianças e os adolescentes e protegê-las; orientar e aconselhar os pais ou responsável; desenvolver o cumprimento de suas decisões; encaminhar ao Ministério Público notícia e fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente; encaminhar à autoridade judiciária os

casos de sua competência; tomar providências para que sejam cumpridas medidas protetivas aplicadas pela justiça a adolescentes infratores; expedir notificações requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente quando necessário; assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, §3º, Inciso II, da Constituição Federal; representar ao Ministério Público, para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar; fiscalizar as Entidades de Atendimento (BRASIL, 1990).

Tendo em vista a questão da implementação das políticas públicas temos o Programa Sentinela que foi criado no ano de 2001, e busca atuar oferecendo apoio psicossocial para as vítimas de violência sexual e seus familiares (CHILDHOOD, 2019), a implementação do programa foi feita através da criação de Serviços e Centros de Referência, dotados de estrutura física e recursos humanos para o desenvolvimento dos atendimentos sociais especializados, as ações do programa são desenvolvidas como políticas públicas de atendimento integral com especialistas criando condições para garantir os direitos fundamentais e o acesso ao serviço social, saúde, educação, justiça, segurança, cultura, esporte e lazer voltados para as crianças e adolescentes vítimas da violência (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

O critério de seleção de locais para implantar o programa se baseou nos municípios que notificava ocorrências de casos de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, fosse ela familiar, social ou de exploração comercial, o programa abrange 1.104 dos 5.565 Municípios brasileiros, um estudo na cidade de Blumenau mostrou que o programa atende cerca de 285 crianças e adolescentes por mês, e tem uma equipe de 10 profissionais das áreas de serviço social, Psicologia e Pedagogia (ESPINDOLA; BATISTA, 2013).

O programa Sentinela conta com três Equipes: Equipe de Prevenção, que busca prevenir a violência através de capacitação técnica; Equipe de Diagnóstico, que avalia os fatores de risco, a veracidade dos fatos exposto com a ocorrência do crime e faz um diagnóstico psicossocial dos casos de violência praticado contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico; Equipe de Acompanhamento que realiza o acompanhamento constante através de atendimento psicossocial as crianças adolescentes e seus familiares (GOMES, 2008).

Vale ressaltar que existem alguns órgãos que precisam ser acionados quando há identificação de casos de violência como os Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção a criança e adolescentes (DPCA), e o Ministério Público.

A Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente tem a competência de fiscalizar, instaurar e investigar casos de infrações penais praticadas contra crianças e adolescentes, estas delegacias são responsáveis apenas quando a criança e o adolescente é alvo do delito, ou seja, são as vítimas, ao passo que quando a criança ou adolescente atua como infrator temos a Delegacia da Criança e Adolescente (DCA), além disso a DPCA, apresenta métodos de repressão contínuas em qualquer lugar público ou privado, como forma de acabar com o ciclo de impunidades dos agressores (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 2020). A lei nº 13.431/2017 estabelece que essas delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual poderão ser criadas pelo poder público, porém nem todos os locais possuem essas delegacias especializadas, desta forma a criança e o adolescente deve ser encaminhado às delegacias especializadas em Direitos Humanos, geralmente para Delegacias de Defesa da Mulher. O artigo 21 da Lei nº 13.431/2017 estabelece que a Delegacia deve requerer à autoridade judicial algumas medidas de proteção necessárias, para:

- I - evitar o contato direto da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência com o suposto autor da violência;
- II - solicitar o afastamento cautelar do investigado da residência ou local de convivência, em se tratando de pessoa que tenha contato com a criança ou o adolescente;
- III - requerer a prisão preventiva do investigado, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência;
- IV - solicitar aos órgãos socioassistenciais a inclusão da vítima e de sua família nos atendimentos a que têm direito;
- V - requerer a inclusão da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas ou testemunhas ameaçadas; e
- VI - representar ao Ministério Público para que proponha ação cautelar de antecipação de prova, resguardados os pressupostos legais e as garantias previstas no art. 5º desta Lei, sempre que a demora possa causar prejuízo ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Com isso, verifica-se que a criança e o adolescente que foi vítima de violência sexual necessita de especial proteção, pois já teve os seus direitos violados e precisa ser tratada com atenção especial para que não passe por uma revitimização.

O Ministério Público tem o papel de fiscalizar e conciliar, buscando solucionar questões familiares que atingem crianças e adolescentes, assim o Promotor possui

as seguintes funções como protetor da infância e juventude: exercer as atribuições conferidas ao Ministério Público no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação; participar de organismos de defesa da Criança e do Adolescente, quando obrigatório por lei ou conveniente à participação do Ministério Público; intervir nos processos que envolvam interesses da Criança e do Adolescente e de entidades públicas ou privadas que tenham por objeto a proteção da Criança e do Adolescente; fiscalizar as entidades relacionadas com os interesses da Criança e do Adolescente, bem como as casas de diversões de todos os gêneros e os estabelecimentos em geral promovendo as medidas que se fazem necessários; promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa dos direitos e interesses constitucionais e legais da Criança e do Adolescente; exercer outras atribuições que lhe couberem, em conformidade com a legislação pertinente (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é responsável por apoiar, orientar, auxiliar e analisar o caso concreto, além de acompanhar a família em análises psicossociais, realiza também orientações jurídicas e visitas domiciliares, o CREAS é um serviço de proteção social que faz parte o Sistema Único de Assistência Social que tem o papel de realizar acompanhamento da criança e do adolescente vítima de abuso (CUNHA, 2020, p. 24).

Protegendo ainda os interesses das crianças e dos adolescentes, como, por exemplo, os direitos à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, entre outros, possui também a atribuição de instauração de sindicâncias, a requisição de diligências investigatórias e a determinação da instauração de inquérito policial para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude, fiscalizar as entidades públicas e particulares de atendimento e dos programas voltados ao público infantojuvenil e fiscalizar ainda os processo de escolha e da atuação dos membros dos Conselhos Tutelares (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO).

O artigo 86 do Estatuto da Criança e do adolescente expõe que: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Com isso, todas as instituições são primordiais para o enfrentamento da violência, não existindo hierarquia entre elas, onde todas integram um sistema de garantias de direitos, pois precisam umas das outras para promover a proteção da criança e do adolescente, uma completa a outra, sendo que todas promovem um papel de proteção integral (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018a).

Com a pandemia do Covid-19 o governo estabeleceu orientações e treinamentos para a prevenção do abuso e da exploração sexual, e ainda adotou medidas de proteção social como o auxílio financeiro às famílias e assistência para atender as necessidades básicas da criança e do adolescente, com isso o governo obteve algumas recomendações da ONG (Organização Não-Governamental) para prevenir o aumento da violência contra criança e adolescente, pedindo a continuidade dos serviços de proteção infantil dos mais vulneráveis, garantindo apoio psicossocial para as crianças, adolescentes e seus familiares que sofreram ou poderão sofrer algum tipo de violência (VILELA, 2020). Os serviços públicos que previnem e constata a violência contra criança e adolescente sofre grandes dificuldades por conta do baixo investimento por parte do governo, e com a pandemia do Covid-19 esse serviço sofreu ainda mais, tendo em vista que esses investimentos foram ainda menores (VILELA, 2020).

Diante disso, constata-se que estes programas e essas instituições especializadas em atendimento de crianças e adolescentes ainda se encontram em processo de evolução para melhor atender as vítimas de violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes do sexo feminino, foi possível perceber que essa violência ocorre em grande escala em nossa sociedade, e vem aumentando ainda mais diante dos acontecimentos dos últimos meses em decorrência do isolamento e distanciamento social que estamos vivendo por conta da Covid-19.

A legislação brasileira traz vários dispositivos que asseguram os direitos dessas crianças, previsto no ECA, Constituição Federal nos Tratados Internacionais, e Programas como o Sentinela que oferece apoio a essas vítimas. Contudo, ainda temos muitas crianças e adolescentes que estão sendo vítimas de violência sexual, principalmente quando analisamos os números de notificações dessa violência praticada contra meninas.

Desta forma, fica evidente que a criação destas leis e programas foi benéfica à criança e o adolescente, porém não foram suficientes para a total mitigação desse crime hediondo. Assim seria relevante que fossem criadas medidas mais eficazes para a prevenção desta violência, como Programas educacionais que levem até as famílias orientações de como explicar para a criança e o adolescente que seu corpo não pode ser tocado e acariciado por nenhuma pessoa, além de levar às crianças e adolescentes através da escola mais orientações, para a prevenção da violência sexual.

É necessário ainda, que os professores e profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes sejam preparados, podendo assim auxiliá-los de forma eficaz, para que a escola possa cumprir seu papel de orientar seus alunos sobre como se prevenir ou qual o caminho a ser tomado caso elas se tornem vítimas de algum tipo de violência sexual.

Diante de todos os programas que buscam prevenir a violência contra criança e adolescentes, nos deparamos com o fato de que eles na maioria das vezes estão preocupados em detectar os casos de violência sexual, ao passo que o mais importante para a criança e o adolescente seria prevenir, para nunca serem vítimas de tais violências.

Assim, é dever de todos contribuir para que as crianças e os adolescentes não sejam alvos deste tipo de violência, para tanto é necessário a ajuda da sociedade como um todo para juntos fazermos a diferença.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ JÚNIOR, Victor Hugo; FERREIRA, Paulo Roberto Vaz.

Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

ALENCAR, Paula Gabriella Ribeiro Dorigatti de. **O direito a vida.** Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-direito-a-vida/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretização Judicial.** Revista da EMERJ, v.6, n.23 Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/GlaucodeOliveira/o-principio-fundamentaldadignidadehumanaesuaconcretizacaojudicial>> Acesso em: 13 de jul. 2020.

ANTONI, Clarissa de; et al.. **Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas.** vol.28 n.1. Campinas: Estudos de psicologia, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100010>. Acesso em: 06 nov. 2019.

AMIM, Andréa Rodrigues. **Curso de direito da criança e do adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos.** Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2010.

BASÍLIO, Ana Luíza. **A igualdade de gênero pressupõe uma sociedade justa para meninos e meninas.** Centro de Referencia em educação integral, 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/igualdade-de-genero-pessupoe-uma-sociedade-justa-para-meninos-e-meninas/>>. Acesso em 10 ago. 2020.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública:** Tratado de direito penal, parte especial. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Código de Menores.** Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BRASIL. **Código Penal.** Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 29. ed. São Paulo: Rideel. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal** de 05 de outubro de 1988. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 29. ed. São Paulo: Rideel. 2019.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos da Criança.** Lei nº 99.710, de 21 de novembro 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm#:~:text=Artigo%2032-1,.,%2C%20espirtual%2C%20moral%20ou%20social.>. Acesso em: 25 mar. 2020

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 29. ed. São Paulo: Rideel. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**. MS. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ms/cartilha_impacto_violencia.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020

BRASIL. Ministério Público Federal. **A lei garante o direito à convivência familiar e comunitária**. Brasília. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/convivencia-familiar-e-comunitaria/a-lei-garante-o-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria>>. Acesso em: 29 out. 2019.

Ministério Público do Distrito Federal e Território. **Violência Sexual contra Criança e adolescente: identificação e enfrentamento**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nevesca/cartilha_violencia_contra_criancas_adolescentes_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/crianca>>. Acesso em 23 out. 2019.

CAMARGO, Maria Emília Marinho de. Perfil psicológico do ofensor sexual. **Revista de Criminologia** Conselho Penitenciário, 2011.

CASTILHO, Paula de Abreu Pirotta. **Dignidade humana: fundamento de um estado democrático de direito**. Âmbito Jurídico, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/dignidade-humana-fundamento-de-um-estado-democratico-de-direito/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CAVALCANTE, Lenizane Vanderlei; et al. **Associação entre gravidez na adolescência e violência sexual**. Adolescente Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 89-93, abr/jun 2015. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v12n2a11.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Joa_o_Trindade__Teoria_Geral_dos_direitos_fundamentais.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz; FERREIRA, Helder. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. v. 11, n. 1, 24-48. São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/779-Texto%20do%20artigo-1912-1-10-20170315.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CHILDHOOD. **Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://childhood.org.br/construindo-uma-cultura-de-prevencao-a-violencia-sexual>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES. **Causas da exploração sexual.** Disponível em: <<https://www.direitosdacrianca.gov.br/midiateca/publicacoes/causas-da-exploracao-sexual>>. Acesso em: 05 Nov. 2019.

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em: <https://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

CRAMI, **Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos Campinas**, 2015. Disponível em: <<http://www.cramicampinas.org.br/historia/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CUNHA, Mauricio. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes- abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e institucional.** Governo Federal. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/cartilhamaiolaranja.pdf>>. Acesso em 09 set. 2020.

DALLAR, Sueli Gandolfi. **O Direito à Saúde.** Scielo. São Paulo, 1987. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/rsp/1988.v22n1/57-63/pt/>> Acesso em: 19 ago. 2020.

ESPINDOLA, Glauco Anderson; BATISTA, Vanderléia. **Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC.** Psicol. cienc. prof. vol.33 nº.3, ISSN 1414-9893. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300007&lang=en>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FACCHI, Alessandra. **Breve História dos Direitos Humanos.** São Paulo:Edições Loyola, 2011.

FÁTIMA, Elena de. **Violência sexual na Criança e no Adolescente.** Rio de Janeiro: Léon Denis, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mine Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 8 ed. Editora Positivo, 2017.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis conseqüências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescente. **Factal Revista de Psicología** v.27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139>> Acesso em: 03 ago. 2020.

FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. Revista dos Tribunais: São Paulo 2018. Disponível em: <<https://proview.thomsonreuters.com/title.html?redirect=true&titleKey=rt%2Fcodigos%2F135729542%2Fv1.4&titleStage=F&titleAcct=i0adc419000000163d1c91077093cfa2#sl=0&eid=c4bdca3ee2051b47e4cb40ded633712b&eat=a-148099350&pg=&psl=e&nvgS=false>>. Acesso em: 03 mar. 2020

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GUERRA, Luiz Antonio. **Sexo, Gênero, Sexualidade**. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GOMES, Daiane Regina Tavares. **Programa Sentinela: uma análise sobre o processo de diagnóstico de denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes em Florianópolis**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119324/285363.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 set. 2020.

HABIGZANG, Luísa F; et al. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Set-Dez 2005, Vol. 21 n. 3, pp. 341-348. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

HERDY, Thiago. **Estatísticas: três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora**. Ministério Público do Paraná, 2020. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>>. Acesso em: 08 de jul. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; JOSÉ, Fernanda São. **A Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais**. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 7, nº 2, 2017 p. 313-329.

LOPES, Jacqueline Paulino; FERREIRA, Larissa Monforte. **Breve histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes e as inovações do Estatuto da Criança e do Adolescente – lei 12.010/09**. v. 7, n. 7, São Paulo: Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/1967/1972>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MACHADO, Roberta. OMS anuncia que deixará de considerar transgeneridade um **distúrbio**. Correio Brasiliense, 2015. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2015/05/09/interna_ciencia_saude,482556/oms-anuncia-que-deixara-de-considerar-o-transgenerismo-um-disturbio.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENDES, Moacyr Pereira. **A doutrina da Proteção integral da criança e do adolescente frente à Lei 8.096/90**. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito das relações sociais) Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, Apelação Cível, 1.0000.20.024955-5/0015000195-95.2018.8.13.0335 (Renato Dresch), Minas Gerais: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=1&totalLinhas=184&paginaNumero=1&linhasPorPagina=1&palavras=ABUSO%20SEXUAL&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastra das...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>> Acesso em: 02 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, DATASUS. **Violência Doméstica, sexual e outras violências no Brasil**. 2020. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?Sinannet/cnv/violebr.def>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS A Saúde do Brasil**. Brasília- DF, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na vida das crianças e adolescente**. Brasília- DF, 2009 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças_adolescentes.pdf>. Acesso em 31 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0220violencia.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanco Disque 100**. Governo Federal, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>>. Acesso em: 02 set. 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual**. Cruz Vermelha Brasileira, 2018a. Disponível em: <<http://www.cruzvermelha.org.br/pb/18-de-maio-dia-nacional-de-enfrentamento-ao-abuso-e-exploracao-sexual/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes:**

Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018b, 494 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO. **O que é pedofilia**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/nevesca/perguntas-frequentes-mainmenu-428/3194-o-que-e-pedofilia>>. Acesso em: 17 ago. 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO. **Violência Sexual contra Criança e adolescente: identificação e enfrentamento**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nevesca/cartilha_violencia_contra_criancas_adolescentes_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Infância e Juventude**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/areas-de-atuacao/infancia-e-juventude>>. Acesso em: 02 set. 2020.

MIURA, Paula Orchiucci; et al. **Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: Análise dos termos**. Psicologia e Sociedade. Maceió- AL, p. 1-13, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e179670.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. **A dignidade da pessoa humana e sua definição**. Âmbito Jurídico. Dez. 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-dignidade-da-pessoa-humana-e-sua-definicao/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MOTTI, Antônio José Ângelo; SANTOS, Joseleno Vieira dos. **Redes de Proteção Social à Criança e ao Adolescente: limites e possibilidades**. UFMS/MDS, 2006. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

NEVES, Anamaria Silva; et al. **Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares**. Temas em psicologia, vol. 18, nº 1, p. 99 - 111. Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009>. Acesso em: 05 nov. 2019.

NERY, Inez Sampaio; et al., **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes**. Acta Paulista de Enfermagem, ISSN 0103-2100, vol.28 n.3 São Paulo Maio/Jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000300287>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. 2 ed. e-book. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2016. Disponível em:

<https://proview.thomsonreuters.com/title.html?redirect=true&titleKey=rt%2Fcodigos%2F99407083%2Fv6.5&titleStage=F&titleAcct=i0adc419000000163d1c91077093fcfa2#sl=e&eid=e0269b2927d9b4135be9d67cc8b3b434&eat=er_mark_1&pg=&psl=&nvgS=true&tmp=503>. Acesso em: 31 out. 2019.

NISKIER, R. **Prevenção da violência contra crianças e adolescentes do conceito ao atendimento – campanha permanente da Sociedade Brasileira de Pediatria** Residência de Pediatria, 2020. Disponível em:

<<http://www.residenciapediatrica.com.br/detalhes/38/prevencao-da-violencia-contracrianças-e-adolescentes--do-conceito-ao-atendimento---campanha-permanente-da-sociedade-brasileira-de-pediatria>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NOVO, Benigno Núñez. **O Brasil e os Tratados Internacionais**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2018. Disponível em:

<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/51516/o-brasil-e-os-tratados-internacionais>> Acesso em: 20 mar. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes**. Rio de Janeiro: Forense, out. 2014.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. **Violência contra crianças no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Scielo, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232016000300871&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 28 out. 2019.

OLIVEIRA, Daniela Passos de. **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade**. Gênero e norma: o Feminismo em Chodorow e Butler. Editora Deviant LTDA. Rio Grande do Sul, 2017.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. **Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. 2010. Disponível

em:<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1730/1/An%c3%a1lise%20das%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas%20de%20Enfrentamento.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Gêneros, transgêneros, cisgêneros: orgulho e preconceito. Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2018-mar-11/processo-familiar-generos-transgeneros-cisgeneros-orgulho-preconceito#author>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. v.40, n.140 p. 649-673. Campinas: cadernos de Pesquisa, 2010.

PERIPOLLI, Suzane Catarina. O Princípio do Melhor Interesse da Criança como fundamento para o reconhecimento da paternidade socioafetiva. **Revista Âmbito Jurídico**. São Paulo, 2014. Disponível em:

<<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-130/o-principio-do-melhor-interesse-da-crianca-como-fundamento-para-o-reconhecimento-da-paternidade-socioafetiva/>>. Acesso em: 31 jul. 2020

PERISSE, Guilherme. ECA e Prioridade Absoluta. **Instituto Alana**. 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/eca-e-prioridade-absoluta-guilherme-perisse-instituto-alana/>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIZÁ, Graça. BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência, 2004.

RAMIRO, Lúcia; et al,. Educação **sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes**. Revista Portuguesa de Saúde Pública. v.29 n.1 ISSN 0870-9025. Lisboa jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-90252011000100003>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RECHE, Cauana Perim Franco. Exploração sexual e comercial de menores. **Revista Âmbito Jurídico**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-160/exploracao-sexual-e-comercial-de-menores/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

RIBEIRO, Marcos. Educação Sexual e Metodologia. [S.l.: s.n.] Disponível em: <http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_Sexual.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

RODRIGUES, Maria Natividade silva. **Violência Intrafamiliar: O abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017 e-book.

ROMERO, Karen Richter Pereira dos Santos. **Crianças Vitimas de Abuso Sexual aspectos psicológicos da dinâmica familiar**. Ministério Público. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ROSA, Márcia. **Cidadania e Justiça alerta para a preocupante redução das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Portal Tocantins, 2020. Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/noticia/2020/6/1/cidadania-e-justica-alerta-para-a-preocupante-reducao-das-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. **O Impacto da Violência Domestica contra Criança e Adolescente na vida e na aprendizagem**. Conhecimento Interativa, São José dos Pinhas, PR, v2, n1. Jun. 2006. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROURE, Glacy Q. de. **Vidas Silenciadas**: a violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Campinas, SP: Editora as UNICAMP, 1996.

SANTA CATARINA, **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**. Recurso Extraordinário. STF. R.E. nº 488.208/SC. Rel. Min. Celso de Mello. J. em 01/07/2013. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/juris/stf_obrigacao_do_municipio_implementar_conselhos_tutelares.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood, Instituto WCF Brasil Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. p 155. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/Childhood-Guia-de-Refer%C3%Aancia-Atualizado-2016.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.

SANTOS, Clarice Alves dos; et al.. **Agressor sexual de crianças e adolescentes: análise de situações relacionadas à violação e vítimas**. Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente / UERJ. Vol. 12 nº 3 - Jul/Set – 2015. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=519>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SANTOS, Hélio de Oliveira. **Crianças Espancadas**. 1950 - 2 ed. Campinas: Ato Gráfica e Editora, 2005.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 3. ed. Curitiba: Lumen Juris. 2008. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/25070479/criminologia-radical-juarez-cirino-dos-santos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SANTOS, Marconi de Jesus; et al.. **Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014**. Brasília: Epidemiol. Serv. Saude, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222018000200305&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. 10 ed. E-book. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SAX, Leonard. **Por quê gênero importa?** Tradução de Paulo Polzonoff. São Paulo: LVM Editora, 2019 e-book.

SERAFIM, Antonio de Pádua; et al. **Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças**. Archives of Clinical Psychiatry . ISSN 0101-6083 vol.36, n.3. São Paulo: 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300004>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, Camila Cortellete Pereira da; PINTO, Daniela Devico Martins; MILANI, Rute Grossi. **Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor.** Maringá: Editora CESUMAR, 2013. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2013/wp-content/uploads/sites/82/2016/07/Camila_Cortellete_Pereira_da_Silva.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SILVA, José Afonso. **A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia.** Rio de Janeiro:R. Dir. Adm., 212: 89-94, 1998. Disponível em: <<file:///C:/Users/MICRO/OneDrive/Documentos/TC/arquivos%20para%20o%20TC/jos%C3%A9%20afonso%20silva.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Lais Fernanda da; MELO, José Joaquim Pereira. A proteção da criança: reflexões sobre o início da sociedade cristã e o estatuto da criança e do adolescente. **Revista Eletrônica da Educação** v. 2 n. 2. p. 28-40. ago. 2019. ISSN 2595-0401. Disponível em: <http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/80>. Acesso em: 07 nov. 2019.

SILVA, Luisa Oliveira Gomes da; GONÇALVES, Josiane Peres. **Violência sexual praticada contra crianças e adolescentes: perspectivas de pessoas que vivenciaram essa realidade.** Mato Grosso do Sul: Revista Coar, 2019. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/2523/1199>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SILVA, Paulo Lins. **Os Tratados Internacionais de proteção às crianças e aos adolescentes.** Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/254.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SOARES, Elaine Maria Rosa; et al.. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Interdisciplinar.** v. 9, n. 1, p. 87-96, jan. fev. mar. 2016. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754/pdf_288>. Acesso em: 8 set. 2020.

SPAZIANE, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras.** v 32. edição 97, Bauru-SP, 2015. Disponível em: <<https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/56/educacao-para-a-sexualidade-e-prevencao-da-violencia-sexual-na-infancia--concepcoes-de-professoras>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TILKIAN, Carlos. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil.** São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Convivência Familiar e Comunitária**. Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tj_pr/consij_pr_adocao_2012.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

UNICEF. **A educação que protege contra a violência**. [S.l.: s.n.], [2018?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf>. Acesso em: 05 nov.2019.

UNICEF. **Covid-19**: Crianças em risco aumentado de abuso, negligência, exploração e violência em meio a intensificação das medidas de contenção. 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-criancas-em-risco-aumentado-de-abuso-negligencia-exploracao>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

UNICEF a. **Os direitos das crianças e dos adolescentes**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

UNICEF . **Proteção**. [S.l.: s.n.], [2017?]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/proteção>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

VEGA, Luciana Barbosa da Silva. PALUDO, Simone dos Santos. **Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 67, núm. 2, 2015, pp. 47-60. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229042579004.pdf>>. Acesso em:13 ago. 2020.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **A doutrina da proteção integral e os Princípios Norteadores do Direito da Infância e Juventude**. São Paulo: Revista Âmbito Jurídico, 2011. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-94/a-doutrina-da-protecao-integral-e-os-principios-norteadores-do-direito-da-infancia-e-juventude/>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

VILELA, Pedro Rafael. Violência contra crianças pode crescer 32% durante pandemia. **Agência Brasil**. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contracriancas-pode-crescer-32-durante-pandemia>>. Acesso em: 09 set. 2020.

WESTIN, Ricardo. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado**. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/arquivos-pdf/ate-lei-de-1927-criancas-iam-para-a-cadeia>>. Acesso em: 07 nov. 2019.